



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPG GEO

TADEU DE SOUZA MENEZES

**SATERÉ-MAWÉ: TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE INDÍGENA  
PONTA ALEGRE NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AMAZONAS**

Boa Vista, RR  
2020

TADEU DE SOUZA MENEZES

**SATERÉ-MAWÉ: TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE INDÍGENA  
PONTA ALEGRE NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AMAZONAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de pesquisa Produção do Território Amazônico

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Boa Vista, RR  
2020

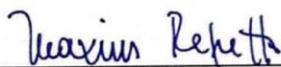
TADEU DE SOUZA MENEZES

**SATERÉ-MAWÉ: TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE INDÍGENA PONTA  
ALEGRE NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA – AMAZONAS**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 19 de março de 2020 e avaliada pela seguinte banca:



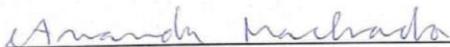
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Maria Bárbara de Magalhães Bethonico – Orientadora (UFRR)**



\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)**



\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão (UERR)**



\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Ananda Machado (UFRR)**

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu povo Sateré Mawé.*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos pela realização deste trabalho a nível Institucional a Universidade Federal de Roraima- UFRR, através do Programa de Pós-graduação em Geografia- PPGGEO e Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, pelo apoio financeiro.

A minha grande orientadora Professora Dra. Maria Bárbara Bethonico pelos direcionamentos antes, durante e após a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRR que contribuem significativamente na construção e fortalecimento da ciência geográfica.

A equipe da oficina na produção do Calendário socionatural e Etnomapeamento o caçador, mateiro, o senhor Jose Nizomar Miquiles (Tinico); o Tuxaua Geral do rio Andirá o senhor Amado Menezes Filho; ao professor aposentado o senhor Lucio Ferreira Menezes (meu Pai) e a professora da Escola Municipal Rosa Cabral a senhora Marilucia Souza, que mesmo após o campo e distante, mantivemos contato para a concretização do trabalho.

As minhas três famílias, os Menezes no Amazonas da Terra Indígena Andirá/Marau, que tem como pilar minha mãe Maria Estevão de Souza Menezes e meu pai Lucio Ferreira Menezes; os Corcinos daqui do estado de Roraima em Boa Vista, em nome de dona Maria José Corcino da Silva e seu Francisco Gadelha da Silva; e a minha família, Adriana Corcino minha esposa, os meus filhos Ana Vitória e Ericlys Tadeu, pelo incentivo, apoio, compreensão de todos durante esta minha caminhada.

E principalmente ao meu Deus pela vida, sabedoria e oportunidade.

## EPÍGRAFE

“A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”

(HAESBAERT, 2007, p. 22)

## RESUMO

A pesquisa está direcionada ao povo Sateré-Mawé localizado na T.I Andirá-Marau em Ponta Alegre, município de Barreirinha-Amazonas, área de disputa territorial durante o processo de demarcação iniciada na década de 1970. Os Sateré-Mawé são agentes sociais na organização e no uso de seu território, na apropriação, conflitos e ocupação de áreas para as construções de moradias ou “sítios”; nas áreas destinadas a caças, pescas; extração de madeira, óleos, cipós, ervas, frutos, plantas, assim como na retirada das tucandeiras em áreas de uso coletivo, familiares e institucionais, exemplificam a territorialização e conseqüentemente a territorialidade. A pesquisa intitulada “Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Amazonas”. Tem como objetivo analisar as territorialidades Sateré-Mawé em Ponta Alegre. Para isso, foi fundamental compreender o processo de territorialização Sateré-Mawé da comunidade; mapear a organização territorial do núcleo urbano da comunidade com a divisão do espaço geográfico pelos moradores; identificar e analisar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé em seu território através do calendário socionatural (tempo) do Método Indutivo Intercultural e do etnomapeamento (espaço) na comunidade; analisar a luz do referencial teórico, as relações sociais e políticas dos agentes sociais e os elementos indicadores das transformações territoriais. Utilizou-se as abordagens qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos de caráter descritivo, com procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, geohistórica e documental, com o uso de técnicas como entrevistas semi-estruturada, observação direta e contínua, registro fotográfico, registro de vídeo-áudio e realização de oficinas. Para tanto, temos como referencial teórico as abordagens sobre os conceitos de espaço geográfico, território e territorialidade. Como Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saguet, Rui Moreira, Marcos Lopes de Souza, Milton Santos e principalmente Rogerio Haesbaert. Outro ponto de grande relevância abordado na pesquisa foi o Método Indutivo Intercultural proposto por Jorge Gasché, através do Calendário Socionatural e seus respectivos indicadores. Com a pesquisa foi possível compreender que a territorialidade Sateré Mawé está atribuída ao uso do território através das atividades de caça, pesca, roçado, cultivo, criação de animais, plantas medicinais, atividade de coleta, atividade extrativista em área de uso familiar, aquela repassada de geração ou coletivo, aquela destinado a uso comum de todos, onde o Calendário Socionatural Sateré Mawé de Ponta Alegre proporcionou a identificação e análise da relação de integridade ente os Sateré Mawé e a natureza, onde os indicadores clima, vegetal, animais, atividade, problemas socioambientais e astronomia ao longo de um ano nos permitiu realizar tal análise . Além disso, foi fundamental o etnomapeamento com a localização espacial das atividades dos moradores de Ponta Alegre, onde constatou a execução dessas atividades em três localidades, o Arauá, Sapucaia Mirim e Diamantino. Com a pesquisa pretendemos oportunizar políticas públicas de gestão territorial ao povo Sateré-Mawé. Além de uma contribuição significativa para a Geografia através da Universidade Federal de Roraima, contribuindo desta forma para compreensão do espaço geográfico.

Palavras-Chave: Uso do território. Terra Indígena. Ponta Alegre. Sateré Mawé.

## ABSTRACT

The research is aimed at the Sateré-Mawé people located at TI Andirá-Marau in Ponta Alegre, municipality of Barreirinha-Amazonas, an area of territorial dispute during the demarcation process started in the 1970s. The Sateré-Mawé are social agents in the organization and in the use of its territory, in the appropriation, conflicts and occupation of areas for the construction of houses or "sites"; in areas intended for hunting, fishing; extraction of wood, oils, vines, herbs, fruits, plants, as well as the removal of the tucandeiras, in areas of collective, family and institutional use, exemplify territorialization and consequently territoriality. The research entitled "Sateré-Mawé: Territorialities in the Ponta Alegre indigenous community in the municipality of Barreirinha-Amazonas". It aims to analyze the Sateré-Mawé territorialities in Ponta Alegre. For this, it was essential to understand the Sateré-Mawé territorialization process of the community; map the territorial organization of the urban core of the community with the division of geographic space by residents; identify and analyze the activities developed by the Sateré-Mawé in their territory through the socionatural calendar (time) of the Intercultural Inductive Method and ethnomapping (space) in the community; analyze the light of the theoretical framework, the social and political relations of social agents and the elements that indicate territorial changes. Qualitative and quantitative approaches were used, of an applied nature, with descriptive objectives, with bibliographic research procedures, field research, geohistoric and documentary, with the use of techniques such as semi-structured interviews, direct and continuous observation, recording photographic, video-audio recording and workshops. For that, we have as a theoretical reference the approaches on the concepts of geographical space, territory and territoriality. Like Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saguet, Rui Moreira, Marcos Lopes de Souza, Milton Santos and mainly Rogerio Haesbaert. Another point of great relevance addressed in the research was the Intercultural Inductive Method proposed by Jorge Gasché, through the Socionatural Calendar and its respective indicators. With the research it was possible to understand that the Sateré Mawé territoriality is attributed to the use of the territory through the activities of hunting, fishing, plowing, cultivation, animal breeding, medicinal plants, collection activity, extractive activity in area of family use, that passed on of generation or collective, that destined for the common use of all, where the Socionatural Calendar Sateré Mawé of Ponta Alegre provided the identification and analysis of the relationship of integrity between the Sateré Mawé and nature, where the indicators climate, plant, animals, activity, socio-environmental problems and astronomy over the course of a year allowed us to carry out such an analysis. In addition, ethnomapping with the spatial location of the activities of the residents of Ponta Alegre was fundamental, where he verified the execution of these activities in three locations, Arauá, Sapucaia Mirim and Diamantino. With the research we intend to provide public policies for territorial management to the Sateré-Mawé people. In addition to a significant contribution to Geography through the Federal University of Roraima, thus contributing to the understanding of the geographical space.

Keywords: Use of territory. Indigenous Land. Ponta Alegre. Sateré Mawé.

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 - Calendário Socionatural das atividades da Comunidade Pedra Preta T.I. Raposa Serra do Sol.....	38
Figura 02 - Mapa de localização de Ponta Alegre na Terra Indígena Andirá/Marau.....	45
Figura 03 - Ritual da Tucandeira .....	54
Figura 04 - Dança Tucandeira, Ponta Alegre .....	54
Figura 05 - Desenho Comunidade de Ponta Alegre .....	58
Figura 06 - Ponta Alegre e o rio Andirá .....	60
Figura 07 - Ponta Alegre vista de aérea.....	60
Figura 08- Mapa do uso e ocupação do solo em Ponta Alegre .....	61
Figura 09 - Lideranças e professores indígenas.....	63
Figura 10 - Visita ao tuxaua geral .....	63
Figura 11 - Ponta Alegre, divisão em setores .....	64
Figura 12 - Setor I em frente rio Andirá.....	64
Figura 13 - Setor I adentrando a comunidade .....	64
Figura 14 - Barracão e a igreja no setor II.....	65
Figura 15 - Escola localizada no setor II.....	65
Figura 16 - Setor III, Ponta Alegre .....	66
Figura 17 - Construção da ponte no Setor III.....	66
Figura 18 - Tinico e seu cachorro de caça.....	68
Figura 19 - Cutia.....	68
Figura 20 - Área de uso familiar, Paraiso .....	70
Figura 21 - Área de uso familiar, Menezes .....	70
Figura 22 - Tuxaua Geral Amado Filho (frente) .....	71
Figura 23 - Dialogo sobre uso do território .....	71
Figura 24 - Descascando mandioca na cozinha.....	73
Figura 25 - Mandioca ralada.....	73

Figura 26 - Chibé de farinha na cuia pitinga .....	76
Figura 27 - Artesanatos .....	76
Figura 28 - Calendário Socionatural Sateré-Mawé – Ponta Alegre .....	83
Figura 29 - Oficina Calendário Socionatural .....	86
Figura 30 - Tinico: localização das atividades .....	86
Figura 31 - Etnomapeamento Sateré-Mawé: uso do território em Ponta Alegre .....	87

## LISTAS DE QUADRO

Quadro 01 - Ponta Alegre: Uso Do Território.....	72
Quadro 02 - Calendário Socionatural e seus indicadores: relação sociotureza dos Sateré-Mawé em Ponta Alegre - semestre 01 .....	78
Quadro 03 - Calendário Socionatural e seus indicadores: relação sociotureza dos Sateré-Mawé em Ponta Alegre - semestre 02.....	79

## LISTAS DE SIGLAS

AM	Amazonas
CF	Constituição Federal
CGTSM	Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
MII	Método Indutivo Intercultural
PPGGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SIASI	Sistema de Informação Atenção à Saúde Indígena
SPI	Serviço de proteção ao Índio
UFRR	Universidade Federal de Roraima

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>DIALOGANDO COM OS CONCEITOS</b> .....	19
2.1	ESPAÇO GEOGRÁFICO .....	19
2.2	TERRITÓRIO .....	23
2.3	TERRITORIALIDADE .....	27
3	<b>O MÉTODO INDUTIVO INTECULTURAL</b> .....	32
3.1	CALENDÁRIO SOCIONATURAL E SEUS INDICADORES.....	36
3.2	MINHA EXPERIÊNCIA COM O MÉTODO .....	39
4	<b>METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA</b> .....	40
5	<b>ÁREA DE ESTUDO: RECORTE GEOGRÁFICO</b> .....	44
5.1	TERRA INDÍGENA ANDIRÁ/MARAU .....	46
5.2	IDENTIDADE ÉTNICA E TERRITORIALIDADE: .....	47
5.2.1	<b>Sateré- mawé: os filhos do guaraná</b> .....	47
5.2.2	<b>Sateré –mawé e as formigas tucandeiras</b> .....	49
5.2.3	<b>Sateré –mawé e o remo mágico</b> .....	50
6	<b>TERRITÓRIO SATERÉ-MAWÉ</b> .....	52
6.1	PONTA ALEGRE, UM BREVE HISTÓRICO: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO .....	54
6.2	PONTA ALEGRE: HOJE. ....	58
6.3	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE PONTA ALEGRE .....	62
6.4	ATIVIDADES SATERÉ-MAWÉ: USO DO TERRITÓRIO .....	68
6.5	CALENDÁRIO SOCIONATURAL SATERÉ MAWÉ .....	77
6.6	ETNOMAPEAMENTO DAS ATIVIDADES .....	85
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
8	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93
9	<b>APÊNDICES</b> .....	97

10	<b>ANEXOS</b> .....	101
----	---------------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço geográfico através de sua categoria de análise o território, acerca de suas abordagens sobre territorialidade, nos faz compreender as diversas funções que o território assume e as ações que acontece, no que diz respeito as formas e uso do território por seus agentes sociais. O território está relacionado ao poder do Estado. Porém, esse “poder” ultrapassa a função administrativa, política e econômica, surgindo outras formas de poder como a afetiva, cultural, simbólica, tecnológica, ideológica e natural, resultado da dinâmica dos agentes sociais sobre o território (RAFFESTIN, 1993).

As ações realizadas por seus agentes sociais dentro do território, resultam muitas vezes em ocupação ou apropriação, gerando possíveis conflitos do poder sobre o território, seja ele, simbólico, cultural, natural, econômico ou político.

A pesquisa está direcionada ao povo Sateré-Mawé localizada na Terra Indígena Andirá-Marau, homologada em 1986 através do decreto nº 93.069. Iniciado em 1978 quando foi realizada a delimitação da área por técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sob orientação dos líderes indígenas, durante dois anos os trabalhos foram interrompidos, período em que os Sateré sofreram várias ameaças e invasões do seu território.

Dentre essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país que cortaria a Terra Indígena ao meio. Outra invasão que podemos mencionar diz respeito a empresa francesa de petróleo Elf-Aquitaine durante os anos 1980, interessada na exploração do mineral, realizou estudos sísmológicos que causaram grandes prejuízos à flora e fauna. Provocaram ainda a morte de vários indígenas com a detonação de cargas de dinamite. Além dessas invasões, ocorreram também a entradas de garimpeiros provenientes da região do Tapajós e de posseiros moradores nas proximidades dos limites da Terra Indígena.

O processo de demarcação foi retomado em 1981, no ano seguinte publicada a Portaria de demarcação e posteriormente sua homologação em 06/08/1986. Desta forma, a Terra Indígena Andirá-Marau compreende uma área de 788.528 ha, nos municípios de Maués, Parintins e Barreirinha no estado do Amazonas e nos municípios de Itaituba e Aveiro no estado do Pará.

O recorte geográfico da pesquisa consiste na comunidade Ponta Alegre, localizada a margem esquerda do rio Andirá no município de Barreirinha no estado do Amazonas, área de disputa durante o processo de demarcação, marco divisório, na parte sul da comunidade estavam presentes os indígenas e ao norte os não indígenas, resultando conflitos contínuos

pelo território. Após a demarcação e homologação da Terra Indígena -T.I a comunidade Ponta Alegre ficou dentro dos limites demarcados.

Ponta Alegre atualmente possui cerca de 143 casas distribuídas em quatro setores, cujas divisões dizem respeito às famílias que ali construíram suas casas e quintais ao longo do tempo, distribuído em 160 famílias, caracterizando com umas das maiores concentrações populacionais do rio Andirá. A Comunidade Ponta Alegre se tornou Distrito, sede administrativa do município de Barreirinha em 2013. O Termo “Distrito” é utilizado com base na Lei Orgânica do Município de Barreirinha-AM, segundo seu Artigo 195º, é considerado distrito todas as comunidades com uma população acima de 80 famílias e que tenham as condições básicas como escolas, posto de saúde, energia elétrica, água encanada entre outros.

Haesbaert (2001) destaca as ações que ocorrem dentro dos territórios, chamando de territorialidades tudo aquilo que acontece dentro do território através das ações de seus agentes sociais. A exemplo disso, ressalta os Múltiplos Territórios que correspondem as variedades, as diferenças, as funções, escalas, diversidades de territórios. Os Territórios Múltiplos estão relacionados a apropriação, ocupação, funções variadas, uma diversidade de agentes sociais no mesmo território. A Multiterritorialidade que consiste na experiência, o convívio através do contato físico ou virtual com uma variedade de territórios.

Nesse sentido, os Sateré-Mawé agentes sociais de sua organização e uso de seu território com suas inúmeras atividades praticadas na identificação e localização espacial das aéreas para prática de tais atividades, na apropriação e ocupação de áreas para as construções de moradias ou “sítios”; nas áreas destinadas a caças, pescas, extração de madeira, óleos, cipós, ervas, frutos, plantas, assim como na retirada das tucandeiras. As áreas de uso coletivo, individuais, familiares e institucionais, exemplificam a forma de organização territorial dos agentes sociais.

As territorialidades Sateré-Mawé na comunidade Ponta Alegre é objeto de estudo. Para tanto, teve como base três questionamentos.

- 1- De que forma acontece organização e reorganização territorial dos Sateré-Mawé como agentes sociais na comunidade?
- 2- Quais as ações/atividades e localizações espaciais realizadas pelos agentes sociais indígenas no uso do seu território?
- 3- Quais as relações sociais e políticas dos agentes sociais ou autores da comunidade e os elementos indicadores da territorialidade Sateré-Mawé?

A partir desses questionamentos compreendemos a dinâmica do processo de territorialidade no uso do território pelo povo Sateré-Mawé na comunidade de Ponta Alegre,

oportunizando desta forma analisar e compreender as ações de seus agentes sociais sobre o território.

Neste contexto dinâmico do espaço geográfico, em sua categoria de análise o território, acerca de suas abordagens sobre territorialidade, utilizando também o Método Indutivo Intercultural como instrumento para estudo, compreensão, análise da territorialidade Sateré-Mawé. A pesquisa intitulada “Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Amazonas”, com objetivo de analisar as territorialidades dos Sateré-Mawé na comunidade Ponta. Para isso, foi fundamental: a) compreender o processo de territorialização Sateré-Mawé da comunidade; b) mapear a organização territorial do núcleo urbano da comunidade com a divisão do espaço geográfico pelos moradores; c) identificar e analisar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé em seu território através do calendário socionatural (tempo) do Método Indutivo Intercultural e do etnomapeamento (espaço) na comunidade; d) analisar a luz do referencial teórico, as relações sociais e políticas dos agentes ou atores da comunidade e os elementos indicadores das transformações territoriais.

Para tanto, temos como referencial teórico as abordagens sobre os conceitos de espaço geográfico, território e territorialidade nas concepções de Claude Raffestin, Marcos Aurélio Sagnet, Rui Moreira, Marcos Lopes de Souza, Milton Santos e principalmente Rogerio Haesbaert. Outro ponto de grande relevância abordado na pesquisa foi o Método Indutivo Intercultural proposto por Jorge Gasché, através do Calendário Socionatural e seus respectivos indicadores como instrumento de estudo, análise e compreensão da territorialidade Sateré-Mawé na Terra Indígena Andirá/Marau.

Para a captura de informações utilizou as entrevistas semiestruturadas com indígenas moradores da comunidade Ponta Alegre durante a pesquisa de campo, houve ainda a pesquisa documental nas instituições com visita na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Parintins-AM, para coleta de dados através do requerimento de solicitação de informações sobre a demarcação e homologação da Terra Indígena Andirá/Marau. Visita na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na cidade Parintins-Am, para coleta de dados através do requerimento de solicitação de informações com objetivo de coletar informações sobre os Sateré-Mawé (população indígena, número de habitantes na comunidade, família, sexo, faixa etária, atividades, ocupação). Visita a Prefeitura Municipal/Setor Indígena de Barreirinha-Am, para coleta de dados através do requerimento de solicitação de informações com objetivo de buscar informações sobre a mudança da comunidade de Ponta Alegre a categoria de Distrito. Posteriormente a aquisição das informações, procedeu análise e tabulação das informações e elaboração da dissertação.

Com a dissertação pretendemos oportunizar subsídios de pesquisa do espaço geográfico, através da categoria de análise território, acerca de suas abordagens sobre territorialidade, juntamente com o Método Indutivo Intercultural e o Calendário Socionatural e seus respectivos indicadores, com o etnomapeamento para análise e compreensão do uso do território pelo povo Sateré-Mawé na Terra Indígena Andirá/Marau.

Contribuindo primeiramente por pertencer ao povo Sateré-Mawé, nascido em Ponta Alegre e a questão indígena está sempre presente nas reflexões, discussões da vida acadêmica, como na graduação, especialização, iniciação científica, artigos e eventos de forma geral. Com a dissertação do mestrado em Geografia pretendem-se disponibilizar para estudantes, pesquisadores, professores, comunidade, escola, instituições sobre as territorialidades Sateré-Mawé na comunidade, assim como oportunizar reflexões sobre as políticas públicas de gestão territorial ao povo Sateré-Mawé e para outros povos indígenas. Além de uma contribuição significativa para a Geografia através da Universidade Federal de Roraima para compreensão do espaço geográfico.

## 2 DIALOGANDO COM OS CONCEITOS

As abordagens, discussões e definições acerca dos conceitos de espaço geográfico, território, territorialidade, que norteiam a pesquisa, consiste nas considerações de autores que contribuíram na construção geohistórica do conceito de espaço geográfico, assim como na discussão do próprio conceito, temos como base e destaque as abordagens de Haesbaert, pelo fato de suas considerações estarem íntimas com os objetivos propostos da pesquisa, assim como não podemos deixar de relevar as abordagens significativas dos demais autores, como as considerações de Suertegaray (2005), Haesbaert (2014), Corrêa (2000), Moreira (1993), Souza (2015), Santos (2002) e Oliveira (2000).

Nas discussões referentes aos conceitos de território e suas derivações, temos as contribuições significativas de Haesbaert (2004, 2007, 2007a, 2009, 2014), Raffestin (2004, 2009), Souza (2001); Andrade (1995); Santos (1985, 2002) e Saquet (2003, 2009).

Nas considerações acerca da territorialidade e seus agentes sociais na efetivação do território, temos como referência as reflexões sublinhadas de Haesbaert (2004, 2007, 2007a, 2009, 2014), Raffestin (1993); Souza (2001); Andrade (1995); Santos (1985, 2002), Saquet (2003, 2009).

Outro autor de grande relevância diz respeito a Gasché (2014), assim como Bertely (2012), Repetto e Silva (2016) pelas suas considerações significantes na discussão sobre cultura, e ao mesmo tempo oportuniza o Método Indutivo Intercultural- MII, para analisar as relações sociedade natureza através de suas atividades sociais, MII que contribui para analisar uso do território pelo povo Sateré-Mawé na T.I Andirá/Marau através da construção do calendário socionatural e seus respectivos indicadores.

Desta forma compreender os conceitos bases da pesquisa foi fundamental para análise e discussão a luz do referencial sobre a territorialidade Sateré-Mawé com ações de seus agentes sociais na organização e reorganização do território.

### 2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO

Conceituar espaço geográfico não é tarefa fácil, as discussões sempre tiveram presente acerca de sua conceituação, vários autores, pensadores, geógrafos, cientistas, filósofos entre outros vem somando no entendimento ou questionando do termo espaço geográfico.

A origem, organização, sistematização, estruturas, métodos, técnicas, conceitos, concepções, significados da ciência geográfica, são temáticas em discussões proposto por

Suertegaray (2005), ao abordar epistologicamente a concretização da Geografia como ciência, a partir do momento em que se torna uma ciência autônoma nos anos 70 do século XIX até a conjuntura atual. O ponto da discussão inicia-se com a epistemologia da Ciência Geográfica, da forma como o mundo é visto, explicado, compreendido, interpretado, investigado, formado, das relações internas ou externas do meio natural e social. Através das diversas visões, ideias, concepções, tendências, tais como, positivista, materialista, anarquista, fenomenologia, marxismo, oportunizando assim, o surgimento da Geografia Clássica, Geografia Teorética ou Quantitativa, Geografia Crítica, Geografia Cultural, Geografia Tecnicista, Geografia Neomarxista, Geografia Humanista e Geografia Anarquista. No qual, a autora faz um questionamento, qual seria a projeção da Geografia para o futuro? As mudanças que vem ocorrendo em seus fundamentos, tendências, percepções, visões, pensamentos, métodos e conceitos ao longo dos anos. Com base nos pensadores, pesquisadores, cientistas, geógrafos, estudiosos, teóricos, a Geografia busca explicar, compreender, analisar, comparar as vertentes sociais, econômicas, ambientais, políticas, físicas, históricas, trabalhistas, educacional que integram a sociedade e sua relação com a natureza.

A ciência geográfica possui uma atualização que deve ser feita periodicamente, sempre acompanhando as mudanças e transformações que surgem no contexto de seu objeto de estudo, o espaço geográfico. Este objeto de estudo é vulnerável as oscilações, mudanças, porém, mantendo a base do que concerne a relação natureza e homem. O conhecimento geográfico é contínuo, inacabado, é por isso que surge a cada atualização novos métodos, técnicas, visões, concepções, tendências, ideias, pensamentos que contribuem e fortalecem o estudo do espaço geográfico.

Haesbaert (2014) ressalta a temática “Por uma Constelação Geográfica de Conceitos”, onde destaca as ideias e argumentos de vários autores, pensadores, geógrafos, cientistas, filósofos entre outros na contribuição ou definição da expressão. Inspirada nas proposições de Gilles Deleuze e Felix Guatarri, no livro “O que é Filosofia? ” Observa na leitura, são discussões, questionamentos, ponderações, críticas, definições ou conceitos acerca do objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico. As várias mutações ou transformações e redefinições que o conceito vem sofrendo ao longo dos tempos. É importante ressaltar, quando mencionado espaço geográfico, inclui-se outras redefinições de conceitos, o território (espaço-poder), lugar (espaço vivido), paisagem (espaço apresentado), meio ambiente (relações sociedade-natureza) que formam a chamada constelação geográfica de conceitos.

As redefinições de conceitos surgem a partir da problematização, ou seja, do questionamento dos conceitos. Segundo Haesbaert (2014) cada conceito faz parte de uma

questão particular, e cita ainda os autores como Milton Santos, que diz que os conceitos são questões postas a realidade; Claude Raffestin, menciona que teríamos desejado mais livros que questionassem do que livros que respondessem; Deleuze afirma que deve ser colocada não apenas a solução, como também o problema; Marx, a humanidade coloca tão só os problemas que é capaz de resolver. Desta forma os conceitos devem ser constantemente reavaliados, transformados e quando utilizados, demarcada claramente sua paternidade, reconhecendo não apenas os autores que o formulou, mas também o contexto geohistórico dentro qual ou para qual foram elaborados. A Geografia, uma constelação ou sistema de conceitos, mergulhados na categoria espaço, se ordenam e constantemente a partir das problemáticas que enfrentamos.

De acordo com Haesbaert (2014), a constelação geográfica de conceitos e seus elementos que a constituem, notam certa fragilidade ou indefinição dos conceitos referente a território, lugar, paisagem e meio ambiente, resultado da amplitude do objeto de estudo da Geografia, devido estar presente em outras ciências. Citamos como exemplo a questão temporalidade, tema de discussão das ciências Geografia e História. A questão territorial ligada ao poder, este ligado ao Estado, mas que não se resume somente a este. Região e suas diversas definições de caráter zonal, ou áreas, reticular, espaço vivido, regionalismo.

Podemos acrescentar que o espaço geográfico e suas vertentes de análise como território, lugar, paisagem, meio ambiente entre outros, são considerados “ vivos”, ou seja, são processos dinâmicos, com relações, interações, móveis, mutantes, inacabados que fortalecem o pensamento crítico geográfico de sempre indagar, questionar, criticar, ponderar a respeito do seu objeto de estudo, que é o espaço geográfico.

A dinâmica teórica da ciência geográfica vem contribuindo na construção e discussão a respeito do seu objeto de estudo geográfico, entre os diversos autores e suas ponderações da conceituação sobre o espaço geográfico, podemos mencionar Corrêa (2000) ao dizer que a Geografia como ciência social tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é constituída de cinco conceitos-chave, paisagem, região, espaço, lugar e território. Possuem forte relação entre si, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre. Nessa abordagem o autor refirma que é fundamental compreender que tais conceitos-chaves formam o espaço geográfico através de suas peculiaridades, e contribuem significativamente para análise e compreensão do objeto de estudo da ciência geográfica. Entender o elo e o dinamismo dos conceitos-chaves do espaço geográfico nos oportuniza a ótica da análise e compreensão que envolve as transformações contínuas do objeto de estudo da ciência geográfica, o espaço geográfico. Por isso é significativo compreender cada conceito-chave e distinguir suas conceituações e particularidades.

Outro autor que vem somar na discussão é Moreira (1993), que em sua abordagem utiliza uma concepção metafórica, fazendo uma analogia a uma quadra de futebol de salão, onde nesta mesma quadra podem ser praticados outros esportes, como vôlei, basquete ou handebol de acordo com regras específicas. O espaço geográfico é transformado em conformidade com as “regras” da sociedade. O espaço geográfico é dinamizado a partir das relações sociais que nele se estabelecem em períodos tempo-espaço diversos, entende o espaço geográfico como uma estrutura de relações sobre a determinação social (MOREIRA, 1993).

Outra contribuição significativa na compreensão do espaço geográfico é Souza (2015), onde afirma que é impossível falar do espaço geográfico sem mencionar o homem. Para conhecer o espaço “é necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam” (SOUZA, 2015, p. 16). Neste cenário, o autor propõe uma abordagem que leve em consideração a noção socioespacial, compreendida como a abordagem do espaço que inclui a sociedade nas análises, ou seja, o espaço físico em si, mas também as relações sociais, como agentes transformadores e responsáveis pela constituição do espaço geográfico. Entende que a configuração de espaço geográfico seria caracterizada segundo uma lógica mais abrangente, enquanto o espaço social é considerado como mais específico e central.

Santos (2002) em sua contribuição para o entendimento do espaço geográfico, considera que é preciso compreender como um produto social. Define o espaço geográfico como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p.63). Antes existia a natureza selvagem, no início e que com o passar do tempo surge uma nova natureza técnica, mecanizada, o homem humaniza a natureza através de técnicas, que são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço, transformando em segunda natureza. O autor reforça ainda que o espaço se efetiva através do uso do território, ou seja, o espaço geográfico é sinônimo de território usado.

O espaço geográfico é dinâmico, e esta mudança contínua se concretiza com as condições e aspectos tempo-espaciais. Por isso é considerado um sistema que está em transformação permanente. Nesta linha de pensamento Oliveira (2000), considera o espaço geográfico, como resultado da ação humana num determinado período de tempo. Em suas palavras “o espaço é um produto histórico e social resultante de um processo de produção e consequência do trabalho humano, pois toda sociedade produz seu espaço, ou, se preferir, toda sociedade produz um espaço” (OLIVEIRA, 2000, p.105). Para ele, a produção do espaço

oportuniza a criação e a possibilidade do novo, novos modos de vida, fruto do dinamismo entre as várias formas de relações sociais do novo e no velho que se opõe, se contradizem e se completam, surgindo assim outras formas de viver. A produção do espaço ocorre num processo de destruição, resistência e reconstrução do novo. Oliveira (2000), continua argumentando que o cotidiano dos amazonidas mudou significativamente nos últimos anos, cita como exemplos as pequenas cidades e vilas amazônicas, com os recursos tecnológicos existentes hoje, contribuem na distribuição de informações, tornando mais ágeis devido as dimensões técnicas que atingem até mesmo lugares mais remotos, o que possibilitou uma maior circulação de ideias e acesso a “modernização”.

Nas considerações dos autores sobre o espaço geográfico é notório em seus argumentos o espaço sendo o resultado das diversas relações históricas, sociais e espaciais que nele se estabelecem, seja na ordem, política, cultural, social, econômica ou simbólica. A sociedade exerce um papel significativo, pois as relações que os homens estabelecem resultam na dinâmica do espaço geográfico, transformando e reconfigurando de acordo com os vários períodos históricos. As atividades espaciais e a conjuntura estabelecem o direcionamento do que o conceito representa. Entender o conceito chave: território e suas abordagens, suas relações, é compreender o espaço geográfico com sua dinâmica nas inúmeras ações da sociedade sobre o meio onde vive.

## 2.2 TERRITÓRIO

A utilização do termo território surge primeiramente nas ciências da natureza e posteriormente nas ciências humanas, em especial na Geografia (HAESBAERT, 2004). O território é bastante utilizado nas ciências da natureza como na biologia, zoologia, a partir do estudo social e individual dos animais em seus habitats naturais.

Raffestin (1993) merece destaque, devido as considerações de cunho político e econômico do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico e o território, o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, ele é a “matéria-prima” para a construção deste último.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao o território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN., 1993, p. 143).

Neste contexto, o território é uma produção a partir do espaço, evidenciando relações de poder, exercido por pessoas ou grupos presentes nas relações sociais. Assim, o território nacional é caracterizado pelas linhas, limite e fronteiras a partir das ações do homem (RAFFESTIN, 1993). Para o autor, o espaço físico de uma nação é constituído através da ordem política e jurídica com suas devidas delimitações físicas. Essa apropriação refere as relações de poder, como base primordial para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser sublinhados igualmente na efetivação do conceito de território. No que tange as críticas atribuídas à abordagem de Raffestin sobre território não mencionadas aqui, jamais podemos esquecer suas relevantes contribuições a acerca da abordagem sobre o território, considerado um pioneiro na discussão em torno do tema. Um dos aspectos a ser refletido diz respeito à pluralidade em sua abordagem, pois, o território analisado a partir das relações de poder, mas também como palco de ligações efetivas e de identidade entre um grupo social com seu espaço.

Na perspectiva de Souza (2001) o território é caracterizado através do enfoque político e cultural, afirma que o território político é delimitado a partir das relações de poder, mas não somente do Estado. Para ele, o território cultural deve ser visto em múltiplas formas e funções, mostra a possibilidade de muitos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, e outros, podendo ser permanentemente ou terem curta existência.

O território também é argumentado nas abordagens de Andrade (1995), de caráter político e econômico de ocupação do espaço, para tanto o território está interligado ao poder, seja o poder público, estatal, ou poder das grandes empresas multinacionais, que alcançam grandes áreas, ultrapassando, muitas vezes, fronteiras políticas. A seu ver o território serve como controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, do espaço ou de uma região, exemplificando os municípios, unidades federativas e distrito federal, no caso o Brasil.

As contribuições de Santos (2002) sobre o conceito de território estão expressas nessa discussão, a começar quando questiona a validade de se analisar o território, pois antes de tudo, ele provoca, através de seu raciocínio amplo e significativo em compreender a categoria território, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial. Para Santos (1985) a formação do território é algo externo a ele, pois, o período histórico que irá definir sua organização, ou seja, o período histórico que definirá o território com suas configurações econômicas, políticas e sociais. De acordo com autor os espaços diferentes, as espacialidades peculiares e singulares, são resultados

da dinâmica da sociedade, do espaço e da natureza. Desta forma o território adota particulares, conforme os movimentos sociais, econômicos, políticos, culturais entre outros. A formação do território percorre o espaço e a forma do espaço é encaminhada de acordo com as técnicas atuais e utilizadas em sua contemporaneidade. O território pode ser identificado pela intensidade das técnicas trabalhadas, assim como pela diferenciação tecnológica das técnicas, devido os espaços serem heterogêneos (SANTOS 2002). O território configura-se pelas suas técnicas, pelos meios de produção presente, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e a dialética do próprio espaço. Seus múltiplos aspectos caracterizam o território com uma abordagem política, incluindo o trabalho como variável para a compreensão do território.

É fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados, um está no outro. Devemos compreender que todo território é um espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é um território, ou seja, “o espaço é indispensável para a apropriação e reprodução do território” (SAQUET, 2009, p. 83). Complementa ainda Haesbaert (2009) o espaço e o território nunca poderão ser separados, sem espaço não há territórios, principalmente quando se reconhece a trilogia tempo-espaço-território como elementos indissociáveis do real. E assim, caracteriza o território:

Desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de téréo-terror (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2007a, p. 20).

Nesta perspectiva o território não está desvinculado da posse de terra, ou seja, da origem epistemológica, mas passa a ser analisado através da apropriação do espaço por um grupo social que não é mais compreendida sem o seu território, sem sua historicidade, sem sua cultura. O poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, 2007a).

Haesbaert (2004) analisa o território a partir de três vertentes, para tanto elaborou uma classificação com diferente abordagem: a) enfoque jurídico-político, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal; b) o cultural, onde o território é visto como produto de apropriação feito através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; c) o econômico, quando o território é encarado como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho.

Além da abordagem do território em três vertentes Haesbaert (2004) menciona a diferença entre os territórios unifuncional e espaço-tempo-vivido. O território unifuncional está ligado ao sistema capitalista hegemônico, “especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão [...] que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades” (HAESBAERT, 2007a, p. 21). Ao passo que território como espaço-tempo-vivido é resultado de processos territoriais diversos, complexos e múltiplos, produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social, na vivência e na identidade das pessoas (HAESBAERT, 2007a). Acrescenta em sua abordagem a vertente da natureza, que afirma ser indissociável do território (SAQUET, 2003).

Nesta comparação do unifuncional, de caráter político-econômico, o território é apreendido como um “local” “delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada ao poder político do Estado” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Enquanto que na perspectiva simbólica cultural de espaço vivido, tem-se o território como “o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Neste segundo, o território é compreendido pelo valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade, refletindo a chamada “identificação positiva” com o espaço, que adquire a mesma força de realidade como as relações de poder abstratas. Desta forma “pode-se interpretar a ambiguidade do território tanto no lado homogeneizador da globalização como no lado diversificador da cultura” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Complementa ainda sua abordagem sobre os “tipos ideais” estes nunca se manifestam em estado puro, ou seja, “todo território ‘funcional’ tem sempre uma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional por mais reduzido que pareça” (HAESBAERT, 2007a p. 23).

Na contemporaneidade Haesbaert (2004) menciona, suas diversidades, processos e complexidades, muitas vezes excludentes, resultante da globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, o autor identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

A multiterritorialidade consiste na dinâmica de múltiplos territórios e territorialidades. Os territórios-zona, surgem a partir de uma lógica zonal compreendendo os territórios mais tradicionais com áreas e limites relativamente bem demarcados, por exemplo, o próprio Estado-Nação. Os territórios-rede por sua vez compreendem os territórios configurados a partir de uma lógica reticular; são espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais sobrepostos onde prevalece a lógica econômica. Os aglomerados de exclusão demonstram falhas de territórios zona e

territórios-rede. Constituem os grupos sociais segregados cuja insegurança e instabilidade territorial os impedem de exercer o controle sobre seus territórios (HAESBAERT, 2004, 2007).

Haesbaert (2014) argumenta ainda, a discussão do conceito de território e suas abordagens acerca da territorialidade, múltiplos territórios, território múltiplos, multiterritorialidade, territorialização. Para isso, realizou relações com abordagens e conceitos de autores que mencionam o termo território de outras áreas de conhecimentos, como de sociologia, ciências sociais, antropologia, ciências políticas, biológicas entre outras. Em seu discurso sobre território, num primeiro momento relacionado ao poder do Estado, porém, este “poder” ultrapassa esta função administrativa, política, econômica do Estado, posteriormente, surgindo outras nomenclaturas em consequência da dinâmica que acontece sobre este espaço (território) e o aparecimento ou percepção de outras formas de poder, tal como a afetiva, cultural, simbólica, tecnológico, ideológico, natural. Haesbaert em diálogo com outros autores especifica as ações que ocorrem neste espaço, o território, como a territorialidade (consiste nas ações de seus agentes sociais dentro do território); os múltiplos territórios (consiste nas variedades, diferenças, escalas, uma diversidade de territórios); os territórios múltiplos (consiste na diversidade, ocupação, apropriação dos agentes sociais num mesmo território); a multiterritorialidade (consiste na experiência, contato físico ou virtual com vários territórios) e a territorialização (organização e reorganização do território).

A compreensão, análise, discussão e interpretação do amplo conceito sobre território, contribui de forma significativa para percebermos os acontecimentos na atual conjuntura geográfica. As formas de organização da sociedade ou sociedades, a dinâmica no espaço geográfico, principalmente na questão territorial, seja ela cultural, educacional, política, ambiental, econômica, administrativa. As definições dos objetos geográficos estão em contínuo movimento e a ciência geográfica, por ser viva, dinâmica, acompanha esta evolução de conhecimento no que diz respeito as ações diversificadas dos agentes sociais sobre o território.

### 2.3 TERRITORIALIDADE

Da mesma forma a discussão contínua e produtiva acerca do espaço geográfico e o território, perpassa a conceituação sobre a territorialidade, que num primeiro momento representa um conceito originário da Geografia Política que foi incorporado pelas demais ciências sociais nas análises do território, pode ser caracterizada como a vivência das relações sociais que forma e demonstra a função do território, ou seja, a territorialidade como resultado das ações de seus agentes sociais dentro do território.

Partindo nesta linha de pensamento a “territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Levando em consideração as ações de seus agentes sociais no espaço (território), o próprio território revela uma identidade, não em sua singularidade, mas na coletividade que abrange o modo de viver e o produzir de seus agentes sociais, sempre no contexto dinâmico, flexível e dialético.

Para Raffestin (1993) a territorialidade deve ser entendida como multidimensional e ligada à vida em sociedade.

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Seguindo esse raciocínio Saquet (2010), ressalta que a territorialidade transmite o conjunto das atividades cotidianas nas relações ou não com trabalho, família entre outros, ou seja, territorialidade como fruto das ações de seus agentes sociais. Nessa perspectiva, é fundamental considerar os lugares em que a territorialidade se desenvolve e os ritmos que ela emite, sem deixar de mensurar aspectos da dinâmica interna e externa.

Souza (2001) em sua análise concorda ao falar sobre territorialidade como fruto das ações peculiares entre o homem (agentes sociais) e o espaço (território), desta forma, diz: “a territorialidade tem a ver com um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 2001, p. 99). Temos que perceber que a territorialidade não se limita ao simples fato de relação com o espaço (das ações dos agentes sociais com o território), mas inclui-se em manifestações nas diversas escalas espaciais e sociais.

Saquet (2010) diz que a territorialidade está presente nas diversas escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Neste pensamento do destaque da escala na análise da territorialidade, o autor afirma:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

No argumento de Saquet (2006, 2010) faz menção ao termo subjetividade no contexto da territorialidade ao enfatizar a presença nas relações ou atividades diárias (ações dos agentes sociais). No caso, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, na escola entre outros, as relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado lugar.

Sendo assim, a territorialidade se materializa no lugar, resultante das correlações (ações sociais) culturais, políticas, econômicas e sociais, presente na desordem e na complexidade das relações existentes. Desta forma, a territorialidade está em “todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza” (SAQUET, 2009, p. 85). A territorialidade está presente em nossas atividades diárias, nas diversas ações e se relacionam com o meio onde se vive. “Nada se faz ou se pensa sem articular, identificar e concretizar na e com a territorialidade cotidiana” (SAQUET 2010, p. 177).

O simples fato de estar num lugar, não significa de fato a territorialidade, se torna ao passo que mantém uma relação entre ambos. Neste contexto “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade” (SANTOS, 2007, p. 83).

Pode-se dizer que a territorialidade é considerada como a razão de ser dos territórios, concretizando sua existência efetivamente, seja material ou imaterial. Pode ser entendida como base de poder dos agentes sociais sobre determinada área; uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas.

Haesbaert (2007a) comenta a discussão e o direcionamento do conceito de territorialidade, onde alcança múltiplas concepções, desde a ideia caracterizado como sendo mais ampla que o território, assim como decorre pela percepção da territorialidade como algo mais específicos ou restrito.

A territorialidade a partir do enfoque material, consiste nos territórios efetivamente materiais. Tem como função a delimitação, configuração e formação física dos territórios, e atribuída a dominação dos agentes sociais. Os agentes sociais dominantes controlam o acesso de outros agentes em seus territórios, apesar dos mesmos territórios tenham funções apenas funcionais, sem marcas simbólicas e/ou culturais dos agentes. Haesbaert (2007) afirma que os territórios podem ser materiais ou imateriais de acordo com contexto dos agentes sociais, as territorialidades também podem expressar-se como materialidade, imaterialidade ou como espaço vivido, dependendo do conceito de território proposto. Para o autor, a territorialidade do ponto de vista da imaterialidade, consiste na configuração dos territórios, das marcas simbólicas

e culturais dos agentes sociais para com o mesmo, sendo que o território pode ser material ou imaterial. No caso dos territórios imateriais, eles são meras construções do imaginário dos agentes sociais, que mesmo assim exercem suas territorialidades para com o território. Enquanto as territorialidades como espaço vivido são as categorias que mesclam a territorialidade com materialidade e imaterialidade, os territórios, nestes casos, adquirem carga funcional e simbólica, que coexistem nas estratégias de controle territorial

Haesbaert (2007, p. 25) considera a territorialidade a partir: “**1**) territorialidade num enfoque mais epistemológico – “abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto) – e; **2**) territorialidade num sentido mais ontológico – podendo ser: **a**) como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material); **b**) como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada” e; **c**) como “espaço vivido” (frente aos territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade”.

A territorialidade, além de estar ligada numa questão primordialmente política, diz respeito também nas relações econômicas e culturais, afinal a territorialidade está ligada ao modo como os agentes sociais utilizam o território e como elas se organizam e dão um significado para o determinado espaço. Nesse sentido, Haesbaert (2007) vem valorizar a dimensão ontológica do território e afirma que a territorialidade não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica.

Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Haesbaert (2009, p.106) a exemplificação exposta anteriormente caracteriza, que nem toda territorialidade possui um território, muito comum nos dias de hoje, assim diz: “embora todo território tenha uma territorialidade [...] nem toda territorialidade, – ou se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetivação material)”. A visão de territorialidade como uma propriedade de territórios efetivamente construídos para sua existência (HAESBAERT, 2007a, 2009). Vale sublinhar, “quando falamos em ‘territorialidade sem território’ devemos tomar cuidado para esclarecer a que concepção de territorialidade ou a

que relação entre território e territorialidade estamos nos referindo” (HAESBART, 2007a, p. 27).

Afirma que a territorialidade é o resultado do trabalho humano, das formas como homem utiliza a terra nas diversas atividades exercitadas, econômica, cultural, ambiental, política, ou seja, como homem utiliza o território. Assim confirma:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p, 22).

A territorialidade é resultado das diversas relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com natureza exterior. Saquet (2009) menciona que é o resultado do processo de produção de cada território, da construção da identidade e da reorganização da vida. O território só concretiza quando os homens estão em relação com os outros. A relação social, que é plural, multiforme e recíproca, no território, é concebida por Saquet como territorialidade.

### 3 O MÉTODO INDUTIVO INTECULTURAL

O conceito de cultura abordado por Gasché (2014) no qual argumenta a existência de uma visão paratática da cultura, rotulado, estereotipada dos elementos culturais, nesse sentido o autor com suas palavras, afirma:

A cultura não é um conjunto de elementos, materiais e espirituais, o que seria de inventário e classificar, para observar, analisar, comentar e explicar alguma forma; mas é o que os seres humanos produzem em seu processo experiencial diário, que crie a sua subsistência, transformando a natureza, a cooperação, interagindo e se comunicando uns com os outros. Nesse sentido, a cultura é a face manifesta e o resultado das atividades humanas (GASCHE, 2014, p, 29).

Segundo o autor, cultura consiste nas atividades sociais realizadas diariamente, das ações de seus agentes sociais na execução das diversas atividades, do saber fazer e como fazer. A cultura está no ato de ensinar a pescar, cantar, trabalhar, caçar, conversar entre outros, que correspondem a imensas peculiaridades culturais, pois as condições “sociotureza” podem ser semelhantes, mas as ações de seus agentes sociais podem ser diferentes.

Gasché (2014) relata sobre a visão sintática que consiste na cultura como resultante das ações dos agentes sociais com a natureza (sociotureza) havendo a integridade, ambos são de extrema importância no processo de análise, por serem caracterizado indissolúveis. Nesse sentido apresentou o Método Indutivo Intercultural, com fundamentação teórica e metodológica na linha de pensamento vigotskyana, manifestando claramente a opção pelo enfoque da Teoria Histórico-Cultural da Atividade Humana (THCA), fundamentada no Materialismo Histórico Dialético.

O materialismo histórico dialético sugerido por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. O termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, o termo histórico por sua vez parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história.

Assim, o materialismo histórico dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação. Para ser materialista, histórica e dialética, a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori,

mas construídos historicamente. Este processo de articulação das múltiplas dimensões do fenômeno com a totalidade mais ampla, requer ainda uma ordenação lógica e coerente do que se captou da realidade estudada de modo que não se negligencie o caráter histórico do objeto de conhecimento e as cinco categorias fundamentais da perspectiva dialética: contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia.

A categoria de contradição rebate a concepção de linearidade, pois parte do entendimento de que nada existe em permanência e, portanto, toda realidade é passível de superação. A categoria de totalidade busca a conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo que produz as contradições. A categoria de mediação parte do pressuposto que o homem é mediador das relações sociais e, portanto, agente para intervenção no real. A categoria de reprodução aponta para o fato de que o modo de produção capitalista para se manter, tende a se reproduzir, mesmo que com pequenas mudanças que não chegam a ser estruturais, mas apenas adaptativas a este modo de produção. A categoria de hegemonia entende que a ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais devem ser reproduzidas a ponto de que estes ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos.

A partir do dado empírico, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação. As territorialidades fazem parte das categoriais e não se pode tratá-las de modo isolado. O estudo da sua gênese, de seu movimento e de suas contradições direcionará a pesquisa para a constante busca de um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que possibilitarão captar o seu movimento nesta totalidade. Neste sentido, a articulação entre singularidade, particularidade e universalidade que o enfoque materialista histórico-dialético proporciona enriquece as reflexões decorrentes do processo de investigação. Singularidade, no sentido de que a análise de uma gestão territorial é um recorte da realidade que ganha significado tanto na particularidade do momento histórico em que é concebida como nas determinações universais.

Com base no materialismo histórico dialético o MII tem sua influência na teoria da atividade, nos faz entender que o desenvolvimento humano é expresso através das ações de transformação da natureza. Podemos pensar em "atividades humanas" como categorias de análise para entender esse processo complexo de apropriação do mundo, porque através deles a natureza é transformada e a cultura se manifesta. Assim, as atividades sociais são elas se

transformam em unidades de análise e reflexão (ASBAHR, 2005; LIBERALI, MATEUS E DAMIANOVIC, 2012; NÚÑEZ, 2009; VYGOTSKY, 2007; 2009; 2010).

O estudo das atividades humanas propostas pelos autores da teoria da atividade nos permite entender aspectos profundos da vida humana: os estruturais, que organizam os objetivos e motivam as ações humanas específicos; os da mediação entre sociedade e natureza, tanto em suas dimensões simbólicos como técnicas e procedimentos, e finalmente, a sequência lógica de ações e operações que formam e estruturam uma atividade de acordo com as lógicas históricas e culturais de cada sociedade Assim, as atividades são transformadas em unidades de reflexão e análise (REPETTO; CARVALHO, 2015).

Do estudo da experiência teórica da atividade aplicada ao processo educacional dos povos indígenas, desenvolvido por Jorge Gasché, permitiu repensar o trabalho escolar e colocar o centro do processo formativo da vida da comunidade, especialmente conhecimento indígena. Assim a idéia de investigar calendários culturais surge de uma concepção de cultura que engloba o relacionamento inseparável entre sociedade e natureza. Quer dizer, cultura deve ser entendida a partir da interação entre o trabalho humano e a transformação de natureza Nesse sentido, Gasché sugere o uso do conceito de "sociotureza" para se referir à relação indissolúvel entre sociedade e natureza (REPETTO; CARVALHO, 2015).

Bem, desenvolvimento humano, como podemos ver entre os povos da Amazônia (GASCHÉ, 2011), pode ser entendido como o esforço de buscar na natureza, a satisfação das necessidades porque sempre há um propósito no meio. A sociedade se relaciona com a natureza através várias ferramentas de transformação enquanto essa cultura é o resultado dessa mediação.

A cultura não é estática e encontra seu máximo expressão na realização concreta das atividades social. Portanto, em oposição a uma visão "Paratático" da cultura - na qual o conhecimento povos indígenas são inseridos no currículo da escola indígena da mesma maneira em que o conhecimento disciplinar ocidental dominante, estático, não integrado e organizado eles entraram em listas de conteúdo não articulado (GASCHÉ, 2011) propõe uma visão "sintática" em qual cultura é entendida como parte e produto da relação com a natureza. A sociedade não pode entendido sem analisar esse relacionamento. A natureza e cultura por si só não podem ser isoladas de o entendimento que os homens construíram delas. O estudo da natureza não pode levar separados da ação humana, porque os povos indígenas na Amazônia, onde as formas capitalistas produtivas ainda não terminaram com sistemas próprios também construíram relacionamentos sistemas simbólicos adaptados e complexos que nos falam sobre diferentes naturezas e humanidades.

Quando usamos o termo interculturalidade, não nos referimos apenas à idéia de diálogo entre culturas, mas ao conjunto de relações sociais históricas que cercam as condições materiais do diálogo (GASCHE, 2008; BERTELY ET AL., 2009). Queremos dizer que você não pode pensar na interculturalidade como se foi um diálogo harmonioso e "angelical", porque inclui relações históricas marcadas pelo conflito de a invasão colonial e para a construção de estados nacional, onde minorias sociais, econômicas, racial e cultural estavam subordinados a projetos hegemônicos, um processo não isento de contradições, ambivalências e conflitos (GASCHE, 2013).

Na pesquisa em Geografia entendemos que devem utilizar-se do materialismo histórico para compreender o território, compreender a realidade, partindo então da realidade, os estudos embasados no método materialista histórico dialético devem ter como premissa o entendimento que os fatos e o desenrolar das relações sociais não ocorre somente no tempo, mas também em uma base territorial. Tal base territorial, não é somente um palco, mas sim um produto das relações sociais, ou seja, é um produto histórico. E como produto histórico não é totalizante, não foi construído de modo igual ao longo do mundo.

O território é uma unidade dialética, ou seja, contraditório em si, contendo multiplicidade em si. Oliveira (2004, p.40) cita que a construção do território é desigual, simultânea e combinada. Já citamos que o modo de produção capitalista é em si mesmo contraditório, contendo diversos tempos e territórios.. Raffestin (1993, p.7) conceitualisa o território da seguinte maneira: o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território. Há, portanto um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. O território então é uma construção dialética: ele é produto das disputas e construções territoriais diversas. Este produto é real, material.

O Método Indutivo Intercultural fruto de estudos em comunidades indígenas, ribeirinhas na Amazônia peruana e efetivada no México, o Método consiste numa abordagem política, epistemológica e pedagógica, com uma flexibilidade para se adaptar a diferentes contextos socioculturais, com intuito de analisar as atividades sociais entre a integridade homem e natureza (sociotureza).

No Método as 'atividades sociais' necessitam serem investigadas, interpretadas, refletidas, traduzidas, (re) aprendidas. E, para isso, como posto anteriormente, o 'fazer', ou seja, a prática da atividade social, torna-se crucial para o ensino e aprendizado que almeja o Método. É nesse processo que se revela a explicitação e os significados dos conhecimentos indígenas. São eles: reconhecer o saber, o saber- fazer. Reconhecer que há ciência indígena; identificar os

tempos; identificar as atividades sociais, produtivas, rituais, recreativas, ou seja, as que os povos indígenas já praticam e já sabem (REPETTO; SILVA, 2016).

### 3.1 CALENDÁRIO SOCIONATURAL E SEUS INDICADORES

Entre os procedimentos no MII, inclui-se uma pesquisa para identificar as atividades sociais (ações de seus agentes sociais) anuais de cada local a ser estudado, e posteriormente, a sistematização para a elaboração e construção do Calendário Socionatural. Este calendário é composto por indicadores, conforme descrito a seguir:

1) as atividades das crianças ou educandos: identifica os trabalhos e ações realizadas por meninas e meninos, de acordo com as faixas etárias, buscando entender como na cultura e língua de cada povo se compreende o processo de formação e socialização das pessoas. Inicialmente se pensa em crianças, mas podemos dizer também “educandos, ” uma vez que se pode aplicar a todos os níveis e modalidades escolares, por exemplo, ensino médio e na Educação de jovens e Adultos (EJA). Identificando as atividades dos educandos poderemos compreender o mundo social e simbólico deles, esse indicador é chave na construção de proposta educativas transdisciplinares, pois as atividades realizadas pelos estudantes serão transformadas em propostas educativas, de estudo e reflexão da escola;

2) as atividades dos membros da comunidade: identifica os trabalhos que são realizados por homens e mulheres, identificando a divisão social do trabalho, seja, por faixa etárias, como por sexo. Este indicador é chave, pois permite identificar e analisar os conhecimentos indígenas associados as atividades ou trabalhos;

3) conhecimentos sobre os animais: implica no registro e reflexão sobre os diferentes animais silvestres e de criação relacionados com os indicadores das atividades humanas. Lembrando que o reino animalia envolve também aves, répteis, e as diferentes formas de vida animal, com atenção especial a insetos e pragas, que que interferem nas atividades humanas. Por exemplo, se nas atividades das pessoas aparecem a caça e a pesca, no indicador animal seria interessante registrar o processo de vida dos animais, períodos de cio, com filhotes, períodos em que estão gordos ou magros, período de piracema entre outros. Não nos interessa fazer um levantamento de todos os animais, uma lista de animais. Mas compreender a sua relação com as atividades humanas, para compreender assim a relação entre sociedade natureza.

4) conhecimentos sobre os vegetais: pode permitir informações sobre plantas silvestres e ou cultivadas, relacionadas a atividades humanas ao longo do ano. Seria interessante registrar nesse calendário socionatural, por exemplo, os períodos de floração das principais espécies

utilizadas, seja na construção de casas, de cercados ou alimentação. Período de plantio, floração, de fruto maduro, da colheita, entre outros. Alguns vegetais, árvores, por exemplo, podem ser indicadores de períodos climáticos, como o pau D'arco que floram no início do inverno ou dependerem da ação da lua ou sol, para seu manuseio e utilização. Não nos interessam listas de conteúdos que o sistema escolar oferece, pois, essas listas não estão vinculadas com a realidade social.

5) conhecimentos sobre o clima: dentre os quais devem ser identificados os diferentes fenômenos climáticos associados as diferentes estações do ano, período de calor, de frio, de chuva, estiagem, entre outros. No sentido de estudar os conhecimentos indígenas. Não interessa apenas saber quando é verão e inverno. Mas quais são as categorias e conceitos culturais próprios, as palavras e seus significados, dentro de cada língua e cultura para expressar o clima e suas diferenças ao longo do ano.

6) conhecimentos astronômicos: refere se aos conhecimentos dos povos sobre os corpos celestes e fenômenos a eles relacionados, constelações, lua, sol, cometas, eclipses, entre outros. Identificando como estes conhecimentos são indicadores da relação entre a sociedade e a natureza, por exemplo, identificando estrelas associadas aos diferentes trabalhos desenvolvidos ao longo do ano.

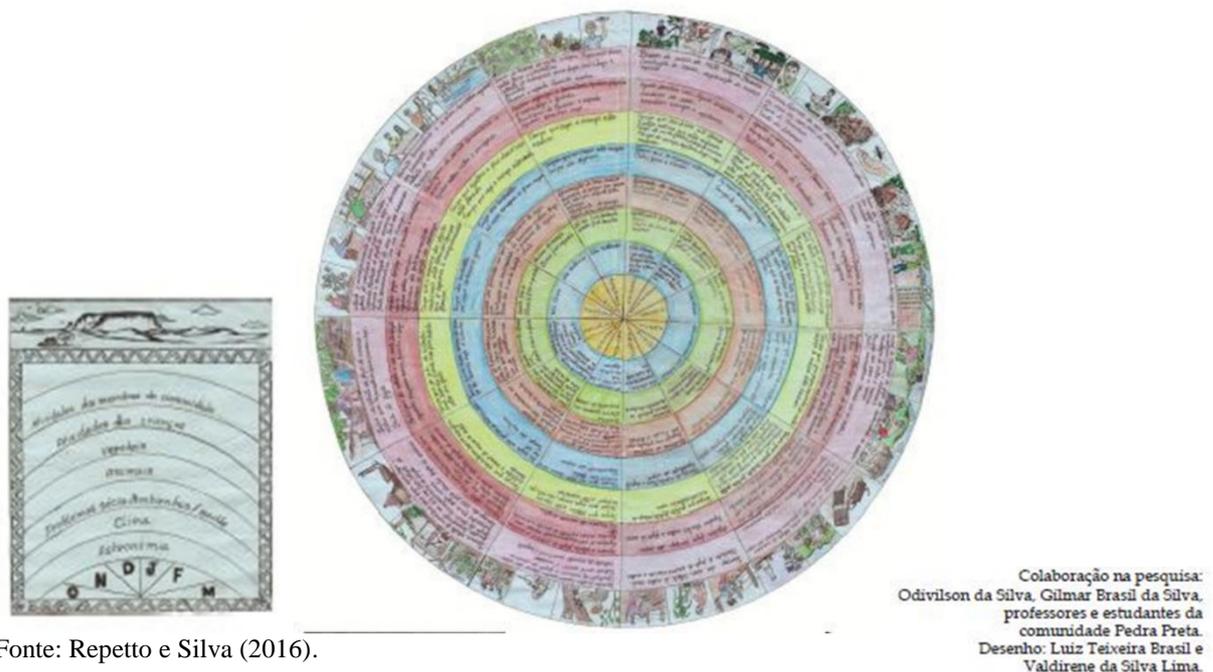
7) Problemas socioambientais: busca identificar os problemas sociais relacionados ao meio ambiente a saúde. Tais problemas nem sempre são fáceis de classificar. Por exemplo, o fogo nos períodos de seca poderia ser incluído nas atividades dos membros da comunidade, pois na maioria dos casos uma pessoa colocou fogo. Mas por ser um problema maior, que envolve as condições climáticas de falta de chuva e seca generalizada no período do verão, consideramos que merecia um destaque. A seca, que seria um indicador climático, afeta sobremaneira as plantas e animais e a vida das pessoas também. Outras situações como o grande aumento de doenças em algumas épocas do ano, como certas doenças tropicais associadas ao aumento de mosquitos no período de chuvas ou doenças de transmissão hídrica devido a má qualidade da água no período da seca. Aqui, trata-se de identificar o que as pessoas entendem por problemas e como lidam com isso. Estes problemas podem ser, de alguma forma, transversais, pois podem perpassar vários outros indicadores, isto mostra a complexidade do conceito sintático de cultura, que envolve a relação entre natureza e sociedade.

É importante frisar, que estes indicadores são flexíveis, adequando-se de acordo com a realidade a ser analisado, evidenciando desta forma a relação sociedade e natureza, no que diz respeito ao panorama da relação dos agentes sociais (REPETTO; SILVA, 2016).

No calendário socionatural permite pensar a inter-relação com a natureza ao longo de um ano a partir de variáveis específicas. Permite, assim, montar um calendário anual que apresente as principais atividades humanas e os diferentes conhecimentos sobre a natureza associados a elas. Os indicadores, apesar de aparecerem separados em círculos concêntricos, servem também para mostrar a representação gráfica das atividades sociais organizadas esquematicamente e enfatizam, a relação intrínseca da integridade sociedade e natureza, de acordo com o que acontece em cada território, e busca destacar a perspectiva indígena de leitura de mundo e da educação enquanto processo de socialização, de interação (REPETTO; SILVA, 2016).

A seguir temos o calendário socionatural das atividades da Comunidade Pedra Preta T.I. Raposa Serra do Sol (Figura 01) onde foram identificadas as principais atividades desenvolvidas pela comunidade no período de um ano, relacionando com os indicadores.

Figura 01 - Calendário Socionatural das atividades da Comunidade Pedra Preta T.I. Raposa Serra do Sol



Fonte: Repetto e Silva (2016).

Bertely (2012) também reitera que, na abordagem do Método Indutivo Intercultural, o Calendário Socionatural é necessário entender e buscar os significados indígenas para cada etapa do processo das atividades sociais; somente depois disso, é possível analisar o material que surgiu, abrindo a possibilidade de reflexão sobre seus significados.

No Método Indutivo Intercultural a cultura consiste em nossas atividades diárias, de pescar, caçar, cantar, plantar, cozinhar, produzir, construir, no saber fazer e como fazer. Existe uma integridade entre a sociedade e natureza (única, inseparável) a que chamamos de sociotureza, não podemos estudar ou analisar isoladamente sociedade e natureza, ambas se complementam, tornam-se unidade, a integridade as tornar uma só.

### 3.2 MINHA EXPERIÊNCIA COM O MÉTODO

A oportunidade de conhecer o Método Indutivo Intercultural foi através da minha orientadora Professora Dr<sup>a</sup> Maria Barbara Magalhães Bethonico durante a realização da dissertação de mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, na pesquisa sobre a territorialidade do povo Sateré-Mawé na comunidade indígena de Ponta Alegre. O MII foi utilizado na identificação e localização espacial das diversas atividades desenvolvidas pelos indígenas na comunidade, conhecendo de que forma os Sateré-Mawé utilizam o seu território (comunidade Ponta Alegre – Terra Indígena Andirá/Marau), acerca de sua territorialidade e territorialização.

Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos a partir de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, livros que serviram de base para conhecer a estrutura, fundamentação teórica e metodológica do Método Indutivo Intercultural, do Calendário Socionatural e seus respectivos indicadores.

Minha experiência é somada ainda durante a participação na “Oficina Diálogo da Castanha do Amapá” na Reserva Extrativista do Jari, comunidade Marinho, município de Laranjal do Jari – Amapá, juntamente com a professora Dra. Maria Barbara Magalhães Bethonico e o professor Dr<sup>o</sup> Maxim Repetto, onde identificamos as atividades praticadas pelos moradores, coletando informações durante a oficina para produção do calendário Socionatural (atividades) e posteriormente o etnomapeamento (localização) das mesmas.

Além disso participamos do programa “Laboratórios Socionaturais Vivos como Instrumento Pedagógico na Educação Indígena”, na atividade Oficina de Socialização e Troca de Experiências no Trabalho com Calendários Socionaturais, promovido pela UFRR sobe coordenação do Dr<sup>o</sup> Maxim Repetto. Neste evento tivemos a oportunidade discutir, somar, extrair, compartilhar experiências com autores indígenas e não indígenas de pesquisas relacionado ao uso do Método Indutivo Intercultural, no qual foi muito produtivo.

#### 4 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Utilizou-se as abordagens qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos de caráter descritivo, com procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, geohistórica e documental. O uso de técnicas como entrevistas semi-estruturada, observação direta e contínua, registro fotográfico, registro de vídeo-áudio e realização de oficinas. Desta forma, a pesquisa metodologicamente foi dividida em três partes: escritório I, campo, escritório II.

##### ESCRITÓRIO I

1ª ETAPA consistiu no referencial teórico ou bibliográfico dos conceitos abordados na pesquisa.

2ª ETAPA, autorização do Tuxaua Geral do rio Andirá o senhor Amado Menezes; autorização do Capitão Geral da Tribo Sateré-Mawé do rio Andirá o senhor João Ferreira de Souza; autorização do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) para o desenvolvimento da pesquisa com moradores na comunidade. A presente pesquisa não foi submetida ao Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), em acordo com a orientadora, pelo fato do pesquisador Tadeu de Souza Menezes pertencer ao povo Sateré-Mawé, mas seguiu os procedimentos como a assinatura dos participantes da pesquisa do termo de consentimento livre e esclarecido, dando ciência dos objetivos e procedimentos no qual foram submetidos e dos benefícios do presente estudo, além das autorizações juntos aos representantes legais do povo Sateré-Mawé.

3ª ETAPA, destinado a produção das perguntas para as entrevistas semiestruturada aplicadas na comunidade e requerimento de informações destinadas as instituições:

ENTREVISTA 01: destinando as entrevistas semiestruturada com 35 chefes de famílias com objetivo de identificar os tipos de atividades desenvolvidas pelos indígenas no uso de seu território.

ENTREVISTA 02: destinado a 03 autoridades da comunidade, o tuxaua geral do rio Andirá, o tuxaua da comunidade e o presidente da comunidade com objetivo de identificar as formas de organização e reorganização do territorial na comunidade.

ENTREVISTA 03: destinado a 02 moradores antigos com objetivo de realizar o resgate histórico da comunidade sobre as mudanças espaciais e a gênese da comunidade.

REQUERIMENTO para solicitação de informações A: destinado a 01 representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI na cidade de Parintins-Am no qual os Sateré-Mawé

fazem parte da região administrativa da instituição, com objetivo de adquirir informações populacionais e territoriais dos indígenas Sateré-Mawé.

REQUERIMENTO para solicitação de informações B: destinado a 01 representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI na cidade de Parintins-AM no qual os Sateré-Mawé pertencem a sede administrativa, com objetivo de coletar informações sobre os Sateré-Mawé (população indígena, número de habitantes na comunidade, família, sexo, faixa etária, atividades, ocupação).

REQUERIMENTO para solicitação de informações C: destinado 01 representante Prefeitura Municipal de Barreirinha-Am com objetivo de buscar informações sobre a mudança da comunidade de Ponta Alegre a categoria de Distrito sede administrativa do município.

Organização do material de campo, máquina fotográfica, gravador de áudio e vídeo, bloco de anotações, roteiro de pergunta impressos, compras de passagens, entre outros instrumentos que facilitaram a captura de informação e estadia em campo. Comunicação previamente as autoridades da comunidade sobre ida a comunidade para realização da pesquisa de acordo com o cronograma de atividade.

#### CAMPO

4ª ETAPA, foi necessário a coleta de informações com visitas na comunidade de Ponta Alegre. Na oportunidade aplicamos os quantitativos pré-definidos e seu público-alvo das entrevistas semiestruturadas 01, 02 e 03 em seus respectivos setores (divisão espacial) da comunidade.

Realização da oficina para elaboração do calendário socionatural e etnomapeamento com identificação das atividades praticadas pelos indígenas de janeiro a dezembro com base nos indicadores (clima, astronomia, atividades, vegetais, animais e problemas socioambientais) distribuídas em dois quadros, referente ao primeiro e segundo semestre do ano, por exemplo, no mês de janeiro quais as relações ou ações dos Sateré Mawé com os indicadores, em fevereiro da mesma, assim sucessivamente até dezembro, e posteriormente a localização espacial pelos próprios indígenas que participaram da oficina, destacando o profundo conhecimento do caçador, mateiro e morador Tinico, das atividades em uma imagem (tamanho A1) com rede de drenagem e limite da terra indígena, com identificação de igarapés, roçados, aéreas de caça, pesca entre outros.

Participaram o tuxaua Amado (tuxaua geral do rio Andirá, morador comunidade), o Tinico (caçador, artesão, mateiro da comunidade), o Lucio Ferreira (ex-professor indígena da comunidade e funcionário aposentado da FUNAI), a professora Marilucia Souza (professora da Escola Municipal Rosa Cabral) e Carlos Silva (pescador, morador da comunidade), Professora

Dr<sup>a</sup> Maria Bárbara (pesquisadora/orientadora) e eu Tadeu Menezes (mestrando/pesquisador). Além das informações adquiridas durante as entrevistas com os moradores nos questionários 1, 2 e 3 somaram de forma significativa para obtenção das informações.

Visita na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Parintins-Am, para coleta de dados através do requerimento de solicitação de informações A.

Visita na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na cidade Parintins-Am, para coleta de dados através do requerimento de solicitação de informações B.

E posteriormente a Prefeitura Municipal/Setor Indígena de Barreirinha-Am, para coleta de dados através do requerimento de solicitação de informações C.

## ESCRITÓRIO II

5<sup>a</sup> ETAPA, tabulação e análise das informações adquiridas. Com elaboração da dissertação.

Construção do calendário anual socionatural com as informações sobre as atividades desenvolvidas em seu território durante a realização da oficina em Ponta Alegre. Foram identificadas as relações sociotureza tendo como referência os indicadores clima, vegetais, animais, atividade, problemas socioambientais e astronomia no período de janeiro a dezembro. De posse das informações foi necessário elaborar dois quadros, referente ao primeiro e segundo semestre e posterior a isso, elaborou-se o calendário em formato de pizza para exemplificar as relações entre a natureza e o homem, e os respectivos indicadores do calendário socionatural Sateré Mawé. Utilizou-se o programa Microsoft PowerPoint para produção do calendário socionatural Sateré Mawé em formato de pizza.

Para realizarmos o etnomapeamento precisávamos de alguém que conhecesse bem as matas, “Tinico” grande caçador, mateiro, conhecedor da região, com suas andanças cotidianas, atrás de caça, das formigas tucandeiras, madeira, palhas, fibras, pesca e frutos amazônicos, o que contribuiu significativamente na soma da localização espacial na identificação das atividades em áreas de usos familiar ou coletivo em Ponta Alegre.

Na elaboração do etnomapeamento a partir das informações adquiridas na oficina sobre localização espacial das atividades indígenas no território. Para tal, utilizou-se a imagem impresso (tamanho A1) com rede de drenagem e limite da terra indígena da comunidade com a identificação de igarapés, roçados, aéreas de caça, pesca entre outros. Posteriormente o programa QGIS 3.10.2 na produção de mapas, tendo como base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Fundação Nacional do Índio- FUNAI. Ressaltando que o etnomapeamento é o espelho do calendário Socionatural Sateré-Mawé de Ponta Alegre que mostra elementos do território.

Produção do mapa temático da comunidade, foi produzido pela professora Marilucia Menezes da escola municipal Rosa Cabral, através de desenho em folha A1, identificando o dono de cada moradia, a escola, o posto de saúde, o barracão, as ruas, as igrejas, os igarapés e o campo de futebol. Posteriormente foi realizado o scanner para manter e destacar as informações da imagem original da comunidade relacionar a territorialidade da comunidade. E com base nessas informações utilizou-se o programa QGIS 3.10.2 na produção de mapa de uso e ocupação do solo de Ponta Alegre, tendo como base cartográfica o Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística – IBGE.

Elaboração do trabalho final de dissertação com análise das relações sociais e políticos dos agentes sociais da comunidade e os elementos indicadores das transformações territoriais, com a discussão dos resultados obtidos.

## 5 ÁREA DE ESTUDO: RECORTE GEOGRÁFICO

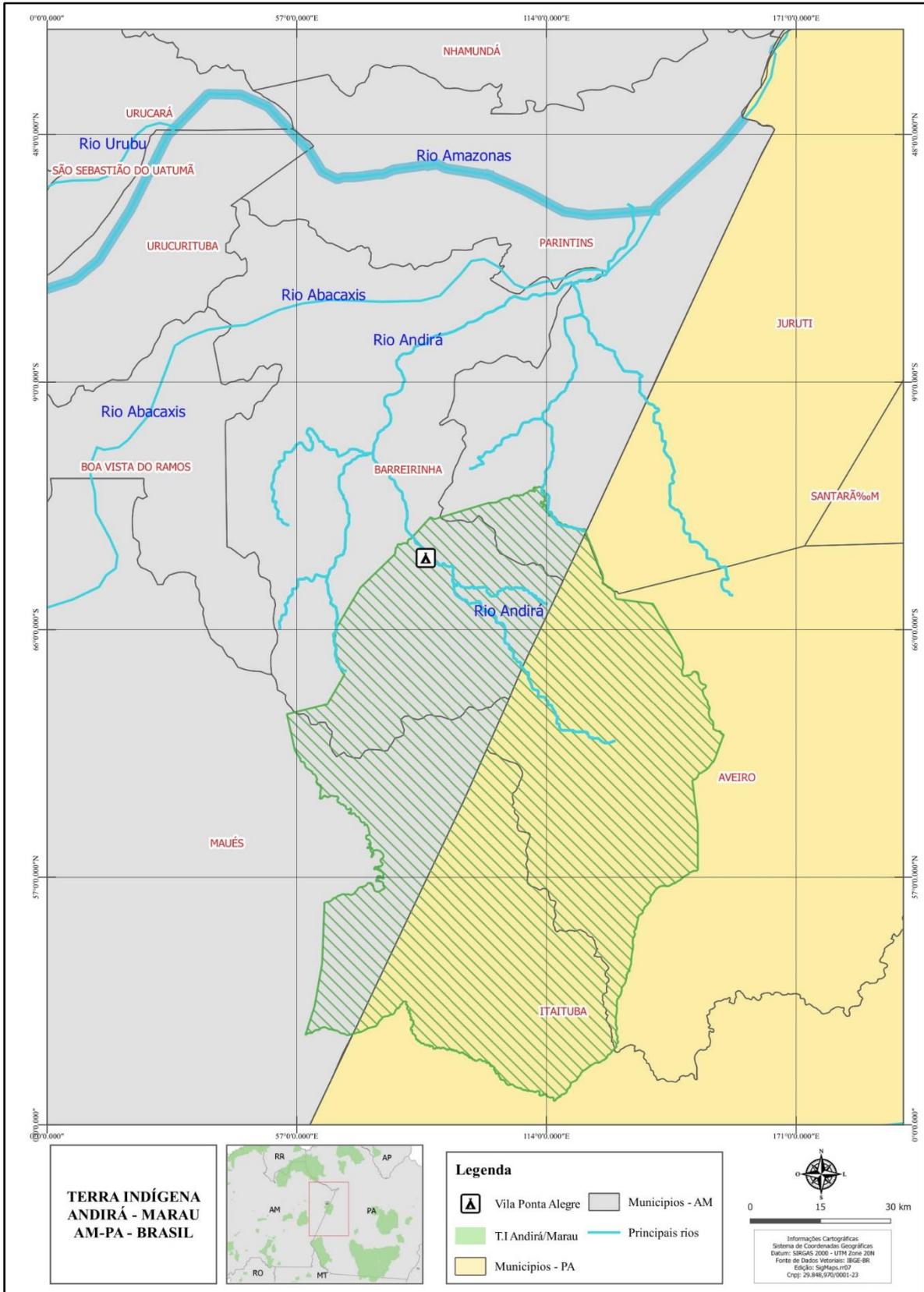
O povo Sateré Mawé conhecido como os filhos do guaraná, por sua origem está ligada a planta que representa suas crenças, a bebida sagrada, o çapó de procedência do guaraná, que é apreciada diariamente entre os indígenas, assim como no ritual da tucandeira, momento de transição a fase adulta, onde os jovens são ferroados por formigas tucandeiras pressas em luvas tecidas de palhas e feitas com penas de arara e gavião real; o porantim que é caracterizado como uma escritura de leis, das guerras e batalhas entre o bem e o mal, vivenciadas pelos povo Sateré Mawé representam a identidade e a territorialidade desse povo através das ações de seus agentes sociais no território.

A Terra Indígena do Andirá/Marau compreende uma área de 788.528 ha no estado do Amazonas está distribuída pelos municípios de Maués (148.622 ha); Parintins (30.994 ha) e Barreirinha (143.044 ha); e no estado do Pará pelos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha).

A Comunidade Ponta Alegre está ao norte da T.I, localizada no estado do Amazonas no município de Barreirinha a 372 Km de distância em linha reta de Manaus-Am, a margem esquerda do rio Andirá. Situa-se ao norte Igarapé do Arauá; ao sul Igarapé do Diamantino; a Oeste comunidade Nova Vida II e a leste Igarapé Sapucaia Mirim (figura 02).

Para chegar em Ponta Alegre, tendo como referência Manaus-Am, é necessário seguir o seguinte trecho: Manaus/Parintins/Barreirinha/Ponta Alegre. No trecho Manaus/Parintins pode se chegar por via área (01:00h de viagem) ou via fluvial (embarcação 18 horas ou lancha 09 horas de viagem). No trecho Parintins/Barreirinha somente via fluvial (embarcação 05 horas ou lancha 01:40 horas de viagem), de Barreirinha/Ponta Alegre (embarcação 05 horas ou lancha 01:45 horas de viagem).

Figura 02 – Mapa de localização de Ponta Alegre na T.I Andirá/Marau



Fonte: IBGE, FUNAI, adaptado por Oliveira, Menezes (2020).

## 5.1 TERRA INDÍGENA ANDIRÁ/MARAU

Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2018), existem 469 terras indígenas regularizadas que representam mais de 12,2% do território nacional, localizadas em todo território nacional, com concentração na Amazônia Legal. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente, durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País. A Terra Indígena Andirá/Marau se enquadra na modalidade Terra Indígena Tradicionalmente Ocupada, conforme os termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96). São terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96 das quais inclui as fases do processo demarcatório: Estudo, Delimitadas, Declaradas, Regularizadas Homologadas ou Interditadas.

O processo de demarcação iniciou em 1978, quando foi realizada a delimitação da área por técnicos da FUNAI sob orientação dos líderes indígenas Raimundo Ferreira da Silva (Dico), Donato Lopez da Paz, Emílio Tiburcio e Manoelzinho. No entanto, durante dois anos os trabalhos foram interrompidos, período em que os Sateré sofreram várias invasões do seu território. Dentre essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos indígenas. Após a constatação de uma série de irregularidades, o projeto foi embargado. Outras invasões importantes aconteceram, a empresa francesa de petróleo Elf-Aquitaine durante os anos de 1981 e 1982, interessada na exploração desse mineral, realizou estudos sismológicos que causaram grandes prejuízos à flora e fauna. Ocasionalmente ainda a morte de indígenas Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite. Além de invasões com entrada de garimpeiros provenientes da região do Tapajós e de posseiros moradores nas proximidades dos limites da Terra Indígena proposto pelos indígenas.

No início de 1981, o processo de demarcação foi retomado por conta das cobranças constantes dos Sateré-Mawé junto à FUNAI, intensificadas após as invasões da Elf-Aquitaine. No dia 06/05/1982 foi publicada a Portaria de demarcação e posteriormente a homologação em 06/08/1986. Os principais rios são: rio Marau, rio Miriti, rio Urupadi, rio Mamurú, rio Andirá e rio Uaicurapá além de inúmeros cabeceiras, igarapés ao longo de sua extensão territorial. De acordo com os Sateré-Mawé, ainda conseguiram preservar uma área privilegiada do território

ancestral. Por se caracterizarem como índios da floresta, até início do século XX escolhiam para estabelecer suas aldeias as regiões mais centrais da mata, próximas às nascentes dos rios.

As antigas aldeias Araticum Velho e Terra Preta nas cabeceiras do rio Andirá, foram referência da origem de aldeias que surgiram ao longo das margens desse rio nos últimos oitenta anos. Da mesma forma, a aldeia Marau Velho foi difusora das aldeias criadas ao longo dos rios Marau, Mamuru, Urupadi e Miriti. Hoje aquelas aldeias originais não existem mais, elas desapareceram em torno da década de 1920.

De acordo com observações dos próprios indígenas, as aldeias que ficam nas proximidades das antigas aldeias Araticum Velho, Terra Preta e Marau Velho, guardam melhor as tradições milenares do povo Sateré, quando comparadas às aldeias mais próximas das cidades.

Nas últimas décadas uma série de fatores vem provocando a multiplicação e permanência das comunidades nas margens dos rios Andirá e Marau, em localidades mais próximas às cidades, provocando mudanças significativas na sua localização tradicional, conseqüentemente o modo de vida do povo Sateré. Dentre esses fatores, podemos mencionar a interferência das missões religiosas (tanto católicas, quanto evangélicas), do órgão oficial encarregado de garantir a preservação das Terras Indígenas (inicialmente o Serviço de Proteção ao Índio – SPI e, posteriormente, a sua sucessora, a FUNAI, dos regatões e das epidemias. Atualmente a Terra Indígena Andirá/Marau possui 91 comunidades: 53 comunidades no rio Andirá, 37 comunidades no rio Marau e 04 comunidades no rio Uaicurapá.

## 5.2 IDENTIDADE ÉTNICA E TERRITORIALIDADE:

Para explicar o significado do nome Sateré-Mawé, o termo Sateré é destinado ao mais nobre chefe da tribo e, também significa lagarta de fogo, lagarta de cor clara (entre verde e amarelo), coberta de pelos, que ao toque da pele, causa queimaduras, daí a justificativa do nome. Mawé, significa papagaio falante (uma ave comum na região). Deste modo, é comum ouvir dizer que estes índios se autodenominam de Sateré-Mawé.

### 5.2.1 Sateré-mawé: os filhos do guaraná

Foram os Sateré-Mawé que propagaram a cultura do guaraná na Amazônia, como elemento social, cultural e alimentar, desenvolvendo sua territorialidade no uso do território, através das técnicas de cultivo e produção.

O primeiro relato sobre o uso do guaraná se deu no período de 1625-1698, quando o padre jesuíta, João Filipe Benttendorf, registrou em seu relatório no ano de 1669, dizendo que o povo Andirá considerava a planta milagrosa, e que depois da semente seca, os indígenas produziam bolinhas que desfeitas em água e ingeridas, tinha o poder de dar muitas forças, a ponto do jesuíta concluir: a força era tanta que, indo à caça, um dia até o outro, não sentem fome, além do que tiram febres, câimbras e dores de cabeças (JORNAL DO BRASIL apud CIÊNCIA HOJE, 2009).

A lenda guaraná explica o surgimento dos Sateré-Mawé, sua forma de organização e reorganização. O guaraná postula coisas do mundo, sendo o filho de uniawasap, entidade magnânima que cria regras e faz as coisas acontecerem. O guaraná dá sentido a relações de poder tradicionais, mitos e alegorias presentes e esquecidas (FIGUEROA, 1997).

Para Lorenz (1992), a história do povo Sateré está direcionada ao surgimento da planta do guaraná, suas lendas e mitos consideram os filhos do guaraná. Observa-se um verdadeiro território Sateré relacionado ao guaraná, onde a herança mais significativa desse povo foi a “descoberta” do guaraná e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo a partir de seu cultivo e repassados de geração até os dias atuais.

Para Uggé (1991), os Sateré que já possuem seu guaranazal, podem se casar, formar família, é respeitado pelo seu povo. Quando o Sateré tem casa próxima ao guaranazal praticamente fica "enraizado" naquele lugar. É importante frisar que o guaraná, além de ser cultural, também fator religioso.

Por isso, falar dos momentos festivos dos índios Saterés, implica falar da alimentação e da bebida que são especialmente importantes para a tribo, compartilhadas por todos de maneira coletiva. É aí então, que o guaraná, na tribo Sateré-Maué, busca incorporar à cultura e aos rituais, sua essência religiosa de forma singular, com um toque familiar e de amizade entre amigos e parentes da comunidade. A forma como a bebida é preparada ainda é feita artesanalmente mais conhecida como çapó, ou puçanga. Na forma de bastões ou pães, o guaraná é ralado na língua do peixe pirarucu, também típico da região amazônica (MONTEIRO, 1965, p. 32).

O guaraná é uma bebida religiosa, uma bebida sagrada. Cada vez que você toma çapó (guaraná em bastão, ralado em língua de pirarucu ou pedra própria, em uma cuia com água) dever tomar sempre dose pares, para atrair positivities, caso contrário pode acontecer algo de ruim com a pessoa. Bebem muito guaraná (çapó) também por ser estimulante, na hora de caçar, pescar, receber visita, roda de conversa, festividade, reuniões, em seu cotidiano bebem o guaraná (ALMEIDA, 2007).

O benefício do guaraná atraiu os interesses econômicos e o guaraná dos Sateré-Mawé, ganhou os mercados nacionais e internacionais, adentrando a Europa e a outros centros consumidores. Falar do guaraná e não mencionar os Sateré –Mawé, é roubar sua identidade étnica.

### 5.2.2 Sateré-mawé e as formigas tucandeiras

O ritual da tucandeira é marca original da identidade do povo Sateré-Mawé que expressa e simboliza o rito de passagem dos Sateré-Mawé a fase adulta, e tendem a ser descritos por narrativas que os exaltam liricamente como materialidade que fomentam o trabalho, o amor e a chamam vitórias em batalhas (PEREIRA, 2003).

As canções interpretadas pelos cantadores, relatam as histórias, angústias, tristezas, mortes, lutas, guerras, vitórias, conquistas e perspectivas do povo Sateré- Mawé.

As luvas utilizadas no ritual da tucandeira são tecidas em palha, enfeitadas com penas de arara e gavião real; nas luvas os Saterés enfiam as mãos para ser ferroadado por dezenas de formigas tucandeiras (*Paraponera clavata sp*). Para os Sateré-Mawé simboliza a entrada na maturidade para os homens. O momento é coletivo e intercomunitário. O ritual expressa concepções de passagem da vida de criança à adulta, sendo estímulo para se forjar guerreiros, maridos e homens de família (PEREIRA, 2003).

Quando o Sateré pretende se “ferrado” o pai do jovem deve ir até a casa do cantador e do tirador de formigas para convidá-los para a festa. Chega-se, toma-se çapó por um número par de vezes, antes de se entrar no assunto sério. Cabe ao pai providenciar a comida para os festeiros. Para chamar para a festa, são feitas buzinas de sopro com taquaras ocas, que ecoam pela comunidade. Atualmente, outros componentes, como óleo diesel para o motor iluminar o barracão, são também necessários. As formigas podem ser tiradas de véspera ou cedo no dia, recolhidas de suas casas/formigueiros já localizadas pelo tirador e colocadas em grandes taquaras. Na aldeia, as formigas são adormecidas com folhas de taperebá ou caju, para que possam ser pressas ou “costuradas” à luva ou tipiti. Enquanto isso acontece, o barracão é preparado com uma armação de taquaras, com duas grandes verticais nas extremidades e uma horizontal, onde são amarrados os chocalhos (inhaambés) e duas hastes para serem encaixadas as luvas (FIORI, 2018).

Figura 03 - Ritual da Tucandeira



Fonte: Fiori (2015).

Figura 04 - Dança Tucandeira, Ponta Alegre



Fonte: Fiori (2015).

Na maioria das vezes o ritual da tucandeira acontece no mês de novembro, período em que a roça está pronta, início das chuvas, a pesca é farta, momento oportuno para comemorar o plantio, onde reúnem-se crianças, jovens, adultos, idosos, mulheres tanto da comunidade onde é realizado o ritual, como das próximas, momento de muitas festividades para o povo Sateré-Mawé.

### 5.2.3 Sateré-mawé e o remo mágico

Porantim ou remo mágico, que segundo a tradição desse povo, foi feito pelo tuxaua *Uaciri-Pót*, grande legislador e pajé da tribo (FARACO, 2006, p. 19), do clã *Çaterê*, num tempo que por eles é “impossível” de se determinar. Então, ele entregou esse artefato ao seu filho, o tuxaua *Muratu*, que antes de morrer deixou para o seu filho, passando assim de uma geração anterior para a seguinte. Contudo, o tuxaua não fica de posse do *Porantim*, ele o guarda na Aldeia Terra Preta.

O porantim consiste numa madeira escura, pesada, na qual foi talhado um remo medindo 1,40m de comprimento por 11 cm de largura, contrastando com a do cabo, que tem a forma de um pião. Ele termina numa ponta rústica, mal lixada, da qual já se percebem lascas.

Para povo Sateré, o porantim traz símbolos que representam a “força” e é a sua “lei”; o que os distingue dos demais povos, sua identidade como povo. Interpretam esses sinais que demonstra sua origem, os primeiros dias da tribo, o começo do mundo e da existência dos Maués, ligados a seres e às coisas da terra.

O porantim carrega poderes de entidades mágicas, funcionando como totem mediúnico para a previsão de acontecimentos. Sua materialidade funcional indica caminhos para apartar

desavenças e conflitos. O ícone é suporte onde estão gravados, de um lado, o mito da origem e a história do guaraná; de outro, histórias de guerras. “Posiciona-se para a sociedade que o talhou como instituição máxima, aglutinando esferas política, jurídica, mágico-religiosa e mítica” (LORENZ, 1992, p. 15).

Não é qualquer Sateré que pode ver, tocar, guardar o porantim, por representar a origem, o bem e mal, é guardado de forma que ninguém possa achá-lo facilmente.

## 6 TERRITÓRIO SATERÉ-MAWÉ

O território é um espaço apropriado pelos grupos, não apenas politicamente, mas também economicamente e culturalmente. E também constituído por um jogo de complexas relações, entre os grupos, que ora o dominam, ora perdem esse domínio frente a outros grupos mais fortes ou melhores articulados (HAESBAERT, 2007).

De acordo com as concepções de Haesbaert (2007) a respeito do território e sua classificação em três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.”

O Povo Sateré –Mawé possui seu território material a partir da vertente jurídica-política, constituída a partir da homologação em 1986 da T.I. Andirá/Marau (788.528 ha) distribuída geograficamente pelos municípios de Maués (148.622 ha); Parintins (30.994 ha) e Barreirinha (143.044 ha); e no estado do Pará nos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha). O território Sateré Mawé do ponto de vista material jurídico-política, possui a função, delimitação e consequente configuração física dos territórios, nesse sentido, os Sateré Mawé tentam controlar o acesso de outros grupos ao território, muito embora o mesmo território a T.I tenham adquiridos outras funções funcionais, sem marcas simbólicas e/ou culturais do grupo. Como as invasões de não indígenas, madeireiros, posseiros, grileiros, garimpeiros em seu território.

O território culturalista visa a imaterialidade Sateré-Mawé, destaca-se na configuração do território referente as marcas simbólicas e culturais dos indígenas com o seu território. O território imaterial são construções do imaginário, cultural e significativas dos grupos, que mesmo assim exercem suas territorialidades para com o território.

O povo Sateré-Mawé é originário de uma vasta área entre os rios Tapajós e Madeira, delimitado ao norte pelas Ilhas Tupinambaranas (no rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós. Seu local de origem, é “à margem esquerda do rio Tapajós, numa região sagrada para nossa gente, de densa floresta e cheio de pedras e, como dizem os velhos, nesse lugar as pedras falam” (BATISTA, 2001, p. 02).

Nesse sentido, Lorenz (1992), relata que o primeiro registro do contato do povo Sateré com os “brancos” data de 1669, com a fundação da missão jesuíta na ilha Tupinambarana, hoje Parintins no estado do Amazonas. Devido às guerras com os Munduruku e Parintintim e ao contato com os portugueses, os Sateré- Mawé perderam grande parte de seu território original deslocando- se para outras regiões.

Em 1835, lutando ao lado dos Munduruku e dos Mura, como também de outras tribos indígenas do rio Negro, os Sateré-Mawé aderiram ao movimento cabano, até que, em 1839, o conflito foi debelado. Devido às epidemias, às lutas e às perseguições aos povos indígenas que combatiam ao lado dos cabanos, enormes áreas da Amazônia foram devastadas, o que provocou deslocamentos desses grupos populacionais de seus territórios ancestrais. (LORENS, 1992).

Desde o século XVIII os Sateré-Mawé teve sua à redução territorial a partir das tropas de resgate que penetraram grandes áreas da Amazônia; da implantação de missões jesuítas e carmelitas ao longo dos principais rios amazônicos; da “busca desenfreada” das drogas do sertão; com a exploração da borracha durante o século XIX e início do XX; e, por fim, da “expansão econômica das cidades de Maués, Barreirinha, Parintins e Itaituba para o interior dos municípios, alocando fazendas, extraíndo pau-rosa, abrindo garimpos, dominando a economia indígena através de regatões” (LORENS, 1992, p. 18). As cidades de Maués, Parintins e Itaituba, inclusive, foram fundadas sobre restos de malocas dos Sateré-Mawé.

Nesse sentido de acordo com Haesbaert (2004) temos o território político/jurídico; e território cultural/simbólico, que faz uma distinção entre o que denomina “território unifuncional” e território “espaço-tempo-vivido”. O primeiro está relacionado à lógica capitalista hegemônica, “especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão (...) o que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades” (HAESBAERT, 2007a, p. 21). Já o território enquanto espaço-tempo-vivido aparece como resultado de processos diversos e complexos produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2007a), ou seja, na vivência e na identidade dos agentes sociais.

Nesse sentido, a Terra Indígena Andirá/Marau homologada em 06 de agosto de 1986, compreende 788.528 ha corresponde ao território unifuncional. Ao passo que o território espaço vivo, refere-se a sua organização social, política, cultural e econômica, muito influenciada pelas suas atividades de uso do território como plantio do guaraná, caça, pesca, cultivo de batata, mandioca, milho, banana, cará, extração de madeira, óleos, cipós, açaí, a bacaba, produção de artesanato entre outros.

## 6.1 PONTA ALEGRE, BREVE HISTÓRICO: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

A territorialização é um processo pelo qual os atores sociais se apropriam do espaço e se organizam (RAFFESTIN, 1993, p. 14) “O território se forma a partir do espaço, como consequência de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. ”

Nesta linha de pensamento, observa-se a territorialização de Ponta Alegre através de seu processo histórico presente nos relatos dos antigos moradores, ao afirmar que os primeiros habitantes a chegarem e ocuparem a chamada ponta (formada pela curva do rio Andirá e o igarapé do Diamantino formando as extensões de praias), vieram do curso mais alto do rio Andirá, o Andirá Velho, assim como das cabeceiras dos igarapés Manjuru, Miriti, Urupadi, Marapatá e Taracué, devido abundância de caça e pelo comércio com os regatões. Antes da vinda de Francelino Gregório e Amaro e suas respectivas famílias, já era um ponto de referência de parada. Após a chegada de outras famílias, chamaram para ser tuxaua seu Antônio, que morava em Terra Preta e que havia nascido na cabeceira do rio Mamuru. O primeiro nome se deu devido a quantidade de pau d’arco crescendo naquela localidade, por isso, denominou-se Moira Apá’ra (significa pau d’arco em Sateré-Mawé), ao passo que o nome do rio Andirá (Andyra, é uma palavra na língua geral que significa morcego).

Nos primeiros acontecimentos sobre a origem de Ponta Alegre, observa-se a forma de organização dos Sateré Mawé, principalmente com a escolha do seu primeiro tuxaua, devido a chegada de outras famílias indígenas, além de suas relações econômicas, sociais com outros agentes sociais não indígenas, principalmente com comerciantes. É a partir desse espaço que o território é produzido, ou seja, o espaço se transforma em território na medida em que ocorre a apropriação (material e/ou simbólica) do espaço pelos sujeitos. Este processo pode ser denominado de territorialização do espaço (RAFFESTIN, 1993).

Ponta Alegre é identificada como uma comunidade “misturada” entre indígenas e não indígenas desde a sua formação. Leacock (1958) em seus relatos não considerava Ponta Alegre como uma aldeia:

Ainda que Ponta Alegre seja supostamente um assentamento Maué, posto que está nos limites da área designada pelo Serviço Indígena como território indígena, cerca de metade de sua população de 250 é brasileira. Dado que estes brasileiros dominam a vida política, social e religiosa da comunidade, Ponta Alegre não será considerada aqui como uma aldeia Maué. De fato, a maioria dos Maués que mantém casas em Ponta Alegre apenas vivem lá durante a estação de chuvas, e passam a maior parte do ano próximos aos seus campos, que são frequentemente a certa distância dali. (LEACOCK, 1958, p. 67-8).

A territorialização de Ponta Alegre protagonizados pelos indígenas e não indígenas em sua organização e reorganização do território ocorre na medida em que a comunidade é dividida geograficamente, onde metade de Ponta Alegre era constituída de indígenas e outra de não indígenas, esse espaço foi humanizado/historicizado, ou seja, é modificado pelas relações sociais, de trabalho e contém, por isso, relações de poder. Isto significa que as instalações dos fixos e fluxos no espaço, bem como todas as modificações no processo de organização espacial são produções do trabalho humano que transformam o espaço em território (RAFFESTIN, 1993).

Devido ao movimento do local, resultado da troca, compra e venda do comércio de produtos regionais (cipó, castanha, borracha, copaíba, sorva, breu, cipó, tábua, óleo grosso entre outros) e mercadorias gerais (gêneros alimentícios, bebidas, roupas, terçados, enxadas, diesel, querosene entre outros) e o fluxo de pessoas na ponta denominada Moira Apá'ra, passou a ser chamada deste então de Ponta Alegre.

No início do século XX, construíram naquela ponta, barracões de regatões para aviamentos com os indígenas rio acima. Em um relato de Raimundo Ferreira da Silva, o “Dico”, coletado em Ponta Alegre por Alba Figueroa em 1995, consta que já havia um intenso comércio de castanha, borracha, copaíba, sorva, breu, cipó, tábua e óleo grosso, antes da chegada do SPI. O SPI teria vindo em 1934 justamente para facilitar a vinda de barcos americanos de Manaus para o Andirá em busca de borracha e, com o declínio de sua produção, intensificou-se o cultivo do guaraná (FIGUEROA, 2016).

Tuxaua Antonico foi sucedido por tuxaua Alexandre, que conseguiu ser escolhido à revelia do então chefe de posto, Teófilo Tiuba. (LEACOCK, 1958) conhecido na bibliografia por ter fornecido um pequeno vocabulário Sateré-Mawé para o livro de Pereira (1954). Uma delegacia do SPI foi ali instalada em 1947, assim como habitações de não indígenas, comerciantes ou funcionários do governo, com quem as mulheres Sateré-Mawé estabeleceram relações de casamento. Nesse período, conflitos sobre uma primeira demarcação, em que Ponta Alegre poderia estar na área indígena ou ser parte de terras devolutas do estado, assim como formas de policiamento que se tentaram impor, levaram a uma série de conflitos denominados por Figueroa (1997) de “revolta da Sapucaia” e que fortaleceram a função de Capitão Geral, parcialmente alinhado a uma presença policial e coercitiva do Estado, mas capaz de fazer mediações e resolver conflitos. Figueroa afirma que este modelo policialesco é consonante ao autoritarismo getulista e a um esforço de centralização política no período (FIORI, 2018).

Neste sentido, as tensões ou conflitos resultantes das relações humanas fazem parte da territorialização, porque todos nós necessitamos nos territorializar, pois este processo envolve

desde o domínio político-econômico à apropriação simbólico--cultural do espaço pelos sujeitos ali envolvidos. Por isso, segundo Haesbaert (2006) podemos conceber a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar se.

Figueroa (1997, p. 143) “Após a extinção do SPI e a criação da FUNAI, a delegacia de Ponta Alegre passa a ser o Posto Indígena Andirá”, cuja construção de alvenaria ainda se ergue em uma posição estratégica para acompanhar o fluxo dos barcos pelo Andirá, um dos terrenos murados, com uma velha mangueira. A distância entre o posto da FUNAI em Ponta Alegre e os Maués do rio Marau, este posto atendia exclusivamente aos habitantes do rio Andirá. O posto efetivou a proibição do comércio Andirá acima, com a alegação de coibir o comércio de bebidas alcólicas, mas Leacock registra no momento de sua pesquisa dois “comerciantes brasileiros” vivendo em Ponta Alegre (LEACOCK, 1958).

O comércio com o agente indigenista do posto levou a certas inimizades entre ele e os habitantes rio acima, com quem o agente não negociava, e que realizavam transações com habitantes de aldeias intermediárias ou com o capitão de Ponta Alegre. De todo modo, ampliava-se o sistema de relações de dívidas na região com a maior circulação de mercadorias, e a busca por pau rosa chegou a ocasionar a escassez de farinha, quando os Maués negligenciaram as roças em favor da coleta do produto de maior valor comercial. Leacock faz uma reflexão sobre a economia dos Maués questionando-se “se a presença do posto ajuda a preservação dos Maués ou impulsiona sua assimilação” (LEACOCK, p. 64-6).

Observamos que a territorialidades não produzem apenas conflitos, mas também promovem trocas enriquecedoras, em função do fortalecimento das identidades forjadas a partir desses encontros (HAESBAERT, 2006). Tal realidade pode ser identificada no processo de territorialização de Ponta Alegre, visto que embora o processo de regularização fundiária (homologação da T. I), tenha potencializado a ocorrência de conflitos, especialmente pela posse de terras, devido a interesse de outros subjetivos, a exemplo de comerciantes no território indígena. Tais embates propiciam em determinados casos o fortalecimento das identidades Sateré-Mawé, como um ato de resistência na luta por seus direitos.

Fiori (2018) em sua pesquisa com os Sateré-Mawé, registra as tensões existente em Ponta Alegre entre o tuxaua Alexandre e o chefe de posto lembradas pelo neto de Alexandre, o professor Lúcio Menezes:

(...) quando o meu bisavô Antônio Alexandre de Carvalho era tuxaua tinha um chefe de posto, do SPI, chamado Manuel Pereira Lima, conhecido como Manuelão. E a comunidade de Ponta Alegre sempre ficou dividida, área indígena e área não-

indígena. Comunidade dividida no meio. E o meu avô ficava fora da área indígena, lá tinha uma demarcação de pau, madeira. Meu bisavô achou que aquela demarcação que estava ali estava errada. Ele tirou com a esposa dele, com o pessoal dele, arrancou e levou. Ele achou que devia colocar lá de cima pra baixo [referindo-se a levar a marcação mais para baixo em relação ao curso do rio Andirá], lá na reserva. Na visão do tuxaua estava certo, na visão do Posto estava errado. Aí houve muita briga, discussão muito forte na época, e o vovô não queria perder, nem o Posto queria perder, se prepararam para acertar. Então, nesse momento, o chefe muito irritado, né? Disse para o finado vovô, chamou o vovô de tuxaua burro. E o vovô, não sabendo ler nem escrever, ficou pensando para cá, para ali e disse: “Tu diz que o tuxaua é burro, mas o chefe é burra!”. Então o chefe chamou ele de burro, então o tuxaua chamou ele de “burra!”. Então essa palavra desse chefe de posto para o meu avô, eu achei que naquela época era muito forte. Para mim, na minha visão, ele não deveria ter chamado ele dessa maneira, porque o vovô não sabia ler, não sabia escrever. Ele era praticamente um indefeso. Então isso chocou muito em mim, né? Chocou a nossa família. Aí eu fiquei pensando no que ele disse, pensei que no dia que eu ficasse grande eu ia fazer algum algo que iria beneficiar nossa família toda (FIORI, 2018, p. 190).

A territorialização, em termos políticos e econômicos, expressa a ideia de espaço controlado e apropriado por relações de poder institucionalizadas, geralmente associadas ao poder político do Estado (HAESBAERT, 2006). Neste sentido a demarcação da Terra Indígena Andirá/Marau iniciou-se em 1978, a partir de uma delimitação feita pelo engenheiro agrimensor Áureo Faleiros e o antropólogo da FUNAI Ezequias Heringer Filho, acompanhados lideranças indígenas Sateré-Mawé. Esse processo foi interrompido e retomado após a mobilização dos Sateré-Mawé contra a construção de uma rodovia que dividiria seu território. Em 1981, o Centro de Trabalho Indigenista prestou assessoria aos Sateré-Mawé, que cobraram a demarcação da FUNAI, principalmente após as duas invasões da petrolífera estatal francesa Elf-Aquitaine, até a portaria de demarcação ser liberada em 06/05/1982 e homologada em 06/08/1986. Ponta Alegre, era dividida entre área indígena e área do governo, após tornou-se integralmente pertencente à Terra Indígena Andirá/Marau.

Observa-se que os múltiplos agentes, como os governos, as empresas e os próprios indivíduos, no caso os indígenas Sateré podem criar e/ou destruir territórios a partir do momento em que habitam e começam a estabelecer relações nos espaços, com os poderes de dominação e apropriação que lhe são direcionados. Os processos de criação e expansão dos territórios são as territorializações, ao passo que as dinâmicas de destruição e contração dos territórios são as desterritorializações, sendo que as práticas de recriação dos territórios desterritorializados são as resterritorializações. Desta forma, os moradores não indígenas de Ponta Alegre tiveram que sair do território destinado aos indígenas, devido a territorialização Sateré-Mawé, ocasionando a desterritorialização dos não indígenas, porém direcionados ao novo processo chamado de reterritorialização. Então pode se dizer que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento

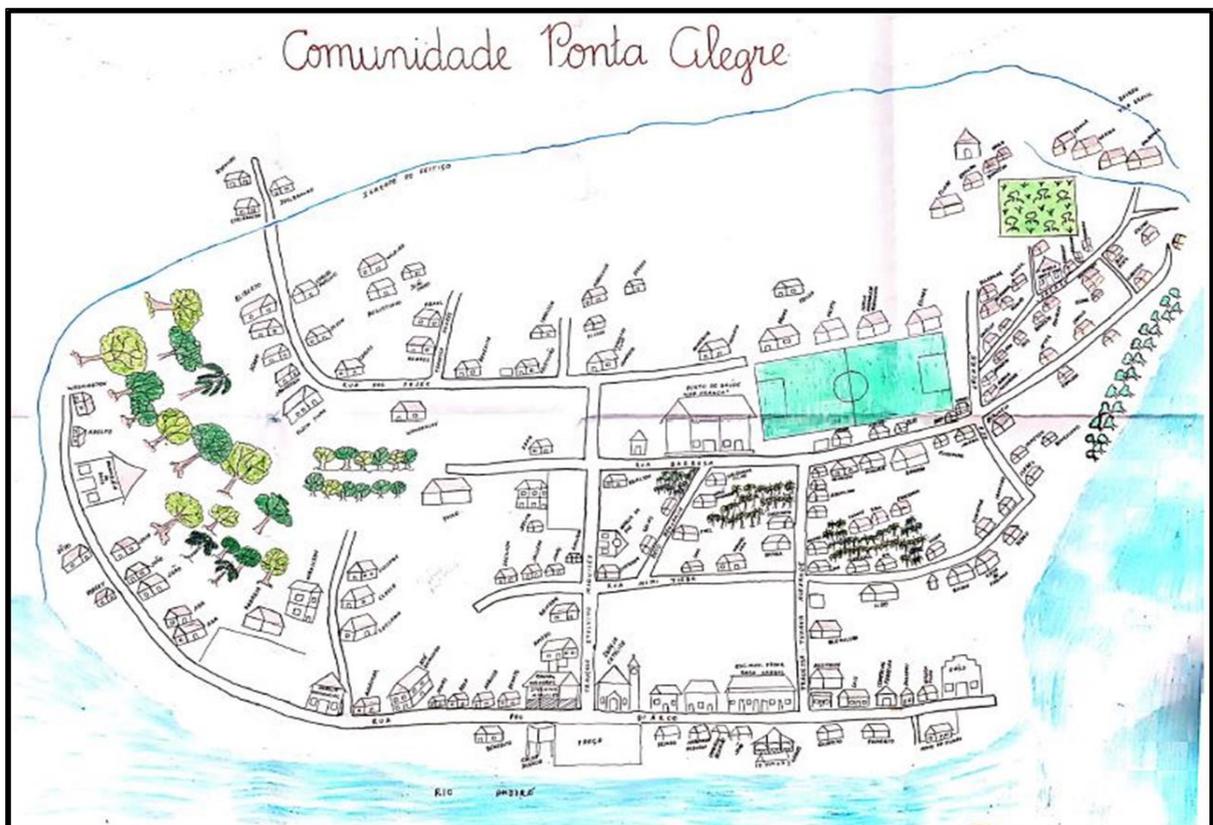
de forças em novos espaços, a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território.

Desta forma, a territorialização dos Sateré-Mawé acontece com o processo de organização e reorganização do território, posteriormente com a homologação da Terra Indígena Andirá/Marau e consequente com inclusão territorial de Ponta Alegre, inicia o processo de territorialidade no uso e pratica das atividades de seu território.

## 6.2 PONTA ALEGRE: HOJE.

Ponta Alegre é a quarta comunidade indígena da T.I, localizado a margem esquerda do rio Andirá, no município de Barreirinha no estado do Amazonas, é uma das 53 comunidades existentes na região do Andirá. Em 2002, de acordo com Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé, os moradores de Ponta Alegre correspondiam a 397 hab. Em 2013, segundo o Sistema de Informação Atenção à Saúde Indígena (SIASI) a população na comunidade subiu para 785 hab. Em 2019, Ponta Alegre possui aproximadamente 1.008 habitantes (SIASI).

Figura 05 - Comunidade Ponta Alegre



Fonte: Desenho produzido pela professora Marilucia Souza (2019).

A comunidade tem como referência o rio Andirá no fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, embarcações entre outros. Na figura 05 Comunidade Ponta Alegre é possível a identificação dos donos das casas com seus respectivos nomes. E a partir da margem que a comunidade surgiu e cresce, sempre mantendo relações através das ruas entre as áreas mais distantes do rio. Há presença ainda de um campo de futebol onde são realizados campeonatos e torneios locais masculino e feminino. Em sua infraestrutura encontramos algumas ruas cimentadas ou de chão; sistema de água canalizada; rede elétrica 24h do Programa Federal “Luz para Todos”; Telefonia fixa residencial e público; Escola Municipal Professora Rosa Cabral; o Posto de Saúde “Francelino Gregório”; Padarias; Pequenos comércios de gêneros alimentícios; 07 Igrejas (Católica, Adventista do Sétimo Dia, Igreja da Paz, Igreja Assembleia de Deus, Igreja Tribos do Brasil, Igreja Assembleia de Deus Tradicional e Igreja Manancial)

A Comunidade Ponta Alegre se tornou Distrito, sede administrativa do município de Barreirinha-Am em 2013 quando o prefeito era o indígena Mecias Sateré, que se baseou na Lei Orgânica do Município de Barreirinha-Am, em seu Artigo 195º onde afirma que só é considerado distrito todas as comunidades com uma população acima de 80 famílias e que tenham as condições básicas como escolas, posto de saúde, energia elétrica, água encanada entre outros.

A comunidade encontra-se numa região de mata de terra firme e mata de igapó, com rios de águas escuras, com grande e pequenas extensões de praia de areia branca. O clima é quente e úmido (equatorial), duas estações bem definidas o verão caracterizado pela seca do rio (junho a dezembro) e o inverno o período chuvoso (janeiro a maio) caracterizado pela cheia do rio.

Ponta Alegre possui uma relação dinâmica com outras comunidades, com as embarcações vindo ou indo de Parintins e Barreirinha ou para outras comunidades ao longo do rio Andirá, voadeiras, rabetas, canoas que contribuem para o fluxo de materias (cargas e passageiros). A comunidade mais próxima é o Seringal (Vila Miquiles) que está em frente, na outra margem do rio Andirá. É comum moradores visitando parentes, seja para buscar algo, como recurso ou objeto, como as luvas para a Festa da Tucandeira, malhadeiras, ou durante a realização de algum evento ou festa na comunidade. Constantemente, são os times de futebol das comunidades que trocam visitas, nos campeonatos organizados entre os mesmos. Eventualidade no calendário da comunidade, trazem visitantes também não indígena, como, da prefeitura de Barreirinha, (Secretaria Municipal de Educação – SEMED), do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, da Diocese de Parintins e outros políticos, jornalistas, pesquisadores (FIORI, 2018).

Figura 06 - Ponta Alegre e o rio Andirá



Fonte: Tadeu Menezes (2017).

Figura 07 - Ponta Alegre vista de aérea.

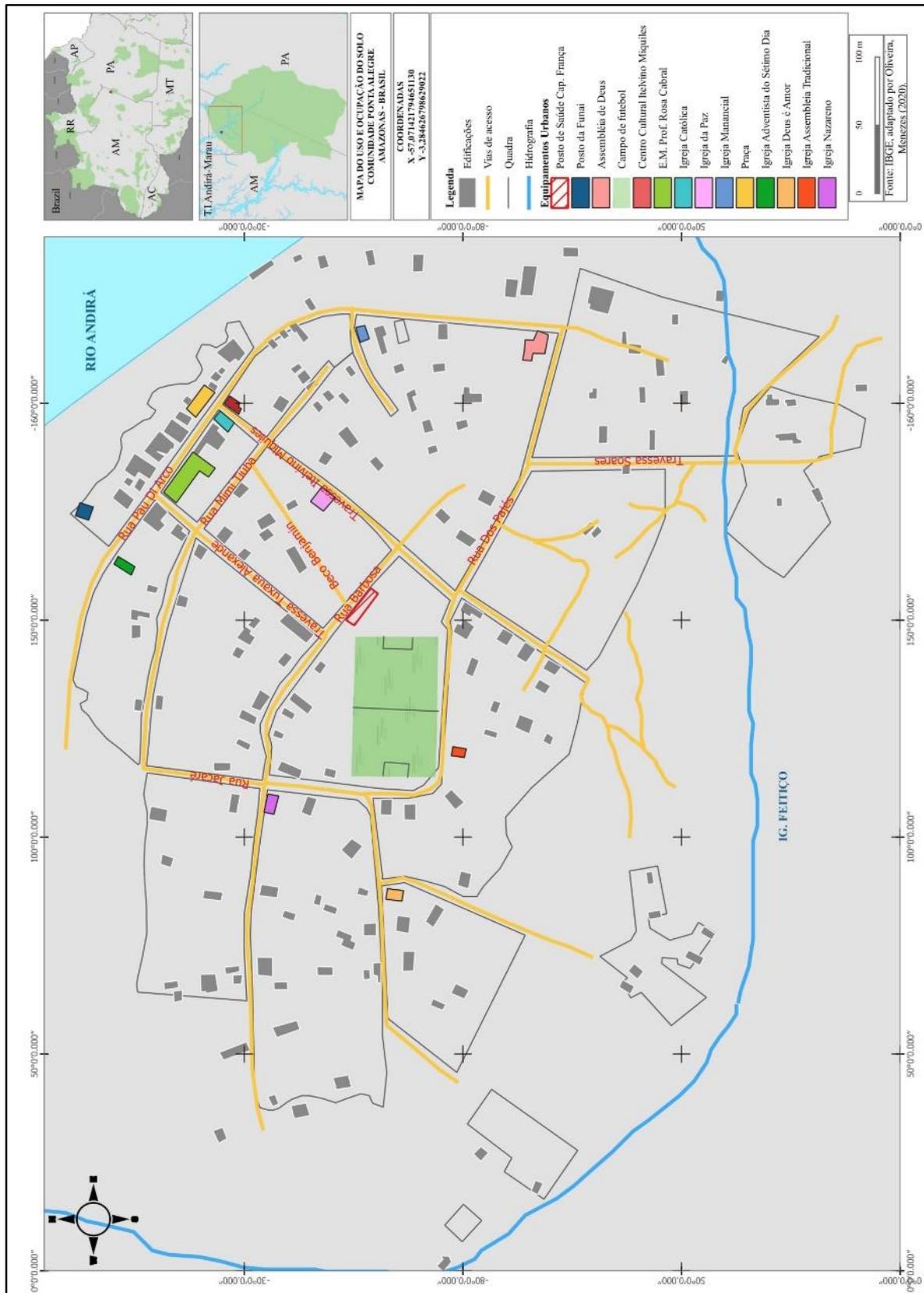


Fonte: Paulino produções (2016).

Na figura 06, podemos visualizar a frente de Ponta Alegre no período da seca do rio, com árvores frutíferas e a presença de vegetais em meio as areias, onde encostam as canoas e embarcações. Na figura 07, podemos identificar o Barracão denominado “Centro Cultural Etelvino Miquiles” onde acontece as reuniões da comunidade, festividades, palestras, cerimônia fúnebre, ritual da tucandeira, entre outros. Assim como, a Igreja Católica São João Batista e a Escola Municipal Rosa Cabral.

O Povo Sateré-Mawé com suas fronteiras materiais e imateriais possibilitou a entrada das novas formas de comunicação, conhecimento e vivência. Resultando nas mudanças em seu espaço geográfico e conseqüentemente no processo de organização de seu território e principalmente na forma de uso, ocasionando um dinamismo em sua territorialidade. Na Figura 08 Mapa do uso e ocupação do solo em Ponta Alegre a seguir, o núcleo urbano de Ponta Alegre, com a nomenclaturas das respectivas ruas, becos, via de acesso, organização territorial em quadras e o igarapé do Feitiço que atravessa a comunidade.

Figura 08- Mapa do uso e ocupação do solo em Ponta Alegre



Fonte: IBGE, adaptado por Oliveira, Menezes (2020).

### 6.3 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE PONTA ALEGRE

As lideranças e autoridades legais da comunidade é formada pelo Tuxaua Geral do rio Andirá o senhor Amado Menezes Filho; o Tuxaua da comunidade o senhor Hélio Barbosa da Silva e um representante da prefeitura de Barreirinha, o senhor Adson Marques Tavares que estava frente do cargo até dezembro de 2019, sendo o novo representante eleito pela comunidade o senhor Jamilsom Barbosa.

Com o tuxaua Hélio a questão da comunidade, como organização, administração, reuniões, brigas, reivindicação das melhorias, representa a comunidade, além da posição de tuxaua, pertence ao clã Caba, pois a sociedade Sateré Mawé estrutura-se em clãs, hierarquias, onde o clã sateré (lagarta de fogo) sobrepuja-se aos demais, como waraná (guaraná), ywaçai (açai), akuri (cotia), awkuy (guariba), as'ho (tatu), iaguetê (onça), piriwato (rato grande), akyi (morcego), mói (cobra), hwi (gavião), nhampo (pássaro do mato), uruba (urubu) e nhap (caba). Geralmente os xamãs – paini na língua sateré-mawé, são do clã mói (cobra).

Os Sateré-Mawé são patrilineares, e esta regra de parentesco determina o pertencimento ao grupo. As categorias de consanguíneos (por exemplo: pai, tio paterno, tia paterna) correlacionadas aos ywania (clãs) dos cônjuges geram uma rede de relações sociopolíticas internas.

O Tuxaua Amado, do clã Sateré, além de ser tuxaua geral, é reconhecido por ser pajé na comunidade, as questões relacionadas a conflitos, brigas, morte, queixas são direcionados ao mesmo, representa além de Ponta Alegre outras comunidades.

Enquanto, que o presidente da comunidade, busca estabelecer melhorias na saúde, esporte, lazer, infraestrutura como ruas, sistema de abastecimento de água, rede elétrica entre outros, juntamente com os tuxauas, organizam a comunidade e relatam as necessidades e prioridades de Ponta Alegre (distrito) a prefeitura de Barreirinha. De modo geral, são agentes sociais que influenciam e determinam a organização e reorganização territorial na Terra Indígena Sateré Mawé.

Figura 09- Lideranças e professores indígenas



Fonte: Josias Sateré (2019).

Figura 10 - Visita ao tuxaua Amado



Fonte: Lucio Menezes (2018).

Na figura 09, da esquerda para direita, o tuxaua Hélio, professores Josias e Eraldo, seguido do tuxaua geral Amado e Capitão Geral João Sateré durante a colação de grau dos alunos da Escola Municipal Rosa Cabral. Na figura 10, Professora Dra. Maria Bárbara Magalhaes Bethonico, o tuxaua geral Amado e o mestrando indígena Tadeu Menezes, durante a pesquisa de campo em Ponta Alegre.

Todo território implica em uma delimitação material ou imaterial. No campo concreto, representada pelos limites físicos e definida pelos atores envolvidos e no campo abstrato por meio de representações (RAFFESTIN, 1993). Dessa forma, temos em Ponta Alegre, suas divisões territoriais caracterizadas em setores I, II, III, IV; sítios ou áreas de uso familiar; de uso coletivo; de uso institucional, que anteriormente as delimitações realizadas pelos órgãos governamentais oficiais, fazem parte do respectivo grupo.

Ponta Alegre atualmente possui cerca de 143 casas distribuídas em quatro setores. O motivo da setorização, tem como fator principal a organização da limpeza na comunidade, com o crescimento espacial e populacional, alguns indígenas propuseram que cada morador deveria fazer a faxina próximo a sua casa, pois havia resistência em morar num local e realizar a faxina distante de sua moradia, desta maneira houve o consenso e ficou decidido que cada morador deveria fazer a faxina no setor que morava, e cada setor teria seu dia e um responsável. Na figura 11 a seguir, podemos observar a divisão espacial de Ponta Alegre em setor I, setor II, setor III e setor IV.

Figura 11 - Ponta Alegre, divisão em setores



Fonte: Google Earth, Adaptado Menezes (2020).

O setor I tem como responsável o senhor Edmilson Carvalho, inicia nas proximidades (beira) do rio Andirá e adentra a comunidade, sua expansão segue direção sul de Ponta Alegre, no período da seca forma-se uma grande extensão de praia, no qual os moradores utilizam para banhar, guardar canoas e embarcações (figura 12). É o maior setor com 73 casas, possui ruas cimentadas e de chão, rede de energia elétrica, sistema de água encanada (figura 13). Moram as famílias Barbosa, Calixto, Pereira, Santos, Lima, Lopes, Menezes, Cabral, entre outras. Ali está presente a Igreja Adventista do Sétimo dia, Igreja Deus é Amor, Igreja Nazareno, o antigo posto da Fundação Nacional do Índio.

Figura 12 - Setor I em frente rio Andirá



Fonte: Tadeu Menezes (2017).

Figura 13 - Setor I adentrando a comunidade



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

O setor II tem como responsável o Tuxaua Geral Amado Menezes, fica entre os setores I e III, corresponde ao centro de Ponta Alegre, inicia as margens (beira) do rio Andirá e adentra a comunidade no sentido sul, estão presentes as famílias Ferreira, Souza, Menezes, Carvalho, Oliveira, Miquiles, Pereira e outras. No setor estão localizados 40 casas, a Igreja Católica que marca o centro da comunidade, juntamente, com o Centro Cultural Etelvino Miquiles (barracão) e uma pequena praça, a escola municipal “Professora Rosa Cabral”, o posto de saúde “Francelino Gregório de Souza”, Igreja Assembleia Tradicional, Igreja da Paz, um campo de futebol, além das praias no qual os moradores ou visitantes têm como referência para tomar banho, lavar roupa, guardar canoas, embarcações e voadeiras no embarque e desembarque de pessoas, produtos e cargas.

Figura 14 - Barracão e a Igreja no setor II



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

Figura 15 - Escola localizada no setor II



Fonte: Tadeu Menezes (2018)

Na figura 14, podemos observar do lado esquerdo o Barracão (Centro Cultural Etelvino Miquiles) pintado de cor verde, onde as pessoas ou visitantes tem como referência ao chegar em Ponta Alegre, local onde está localizado a casa do tuxaua geral Amado Filho, atravessando a rua temos a Igreja Católica São João Batista bastante frequentada pelos moradores. Na figura 15, temos a Escola Municipal Rosa Cabral, com ruas cimentadas, sistema de água encanada e rede elétrica, interligada ao programa Luz para Todos do Governo Federal.

O setor III, tem como responsável o senhor Jander Evangelista, é o setor leste de Ponta Alegre, que se estende ao sul, onde estão localizadas as famílias Araújo, Vieira, Carvalho, Ferreira, Souza, Reis e outras. Pontes dão acesso a outra parte da comunidade no período das cheias, neste setor estão localizadas 33 casas, a igreja Assembleia de Deus e a Igreja Manancial.

Figura 16 - Setor III, Ponta Alegre



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

Figura 17 - Construção da ponte no Setor III



Fonte: Adson Marques (2018).

Na figura 16, podemos constatar ruas de chão, com visibilidade maior referente a um caminho, fruto das andanças diárias de seus moradores. Presença da rede de energia elétrica e água encanada. Na figura 17, temos o presidente da comunidade Adson Marques (na frente), durante a construção da ponte que facilitará o deslocamento dos moradores do setor III no período da enchente do igarapé do Feitiço. É importante frisar que a construção da ponte é resultado da organização da comunidade, principalmente dos moradores do setor III que serão os mais beneficiados.

O setor IV ou Vila Brasil é o mais recente, surgiu quando seu Waldemar decidiu levar seus familiares para morarem no local, é composto por apenas quatro casas, porém, as demais áreas no setor ou vila Brasil, estão todas loteadas em tamanho diferente, conforme a chegada e delimitação dos indígenas na comunidade.

Desta forma, observamos que os indígenas de Ponta Alegre organizam a comunidade em setores, conforme a distribuição das famílias e conseqüentemente uma facilidade para realizar a limpeza (faxina) da comunidade. Uma outra forma de organização está relacionada as visitas na comunidade, há um protocolo nas visitas à Ponta Alegre, não diferente do descrito por Figueroa (1997), se não pela presença de dois tuxauas. Não se chega à aldeia sozinho, mas trazido por alguém que goze de estima da comunidade, como uma liderança ou professor, ou ao menos por alguém que vá contar com alguma intermediação deles. Este é responsável por levar o visitante logo após a chegada à casa dos dois tuxauas, a casa de seu Amado Menezes, ao lado do Centro Cultural Etelvino Miquiles no setor II, e à casa de seu Hélio Barbosa, no setor I.

Lá, sentam-se na área externa da casa – que é onde se recebem visitas – e se conversa casualmente, nunca abordando a visita ou seus motivos de imediato. Oferece-se água, farinha (chibé, farinha com água), e por vezes café ou çapó. Se o visitante irá desempenhar algum papel no evento ou festa, cabe ao seu anfitrião ou a uma das lideranças fazer uma apresentação pública ao resto da comunidade. No caso de autoridades e notáveis vindos para festa, por vezes um ou outro tuxaua vai até a praia recebe-los, mas trata-se de um evento incomum. Quando o protocolo não é seguido, o visitante é tratado com reserva e, por vezes com hostilidade. Em sua dissertação de mestrado, José Agnelo Andrade conta de sua primeira visita à Ponta Alegre, em 2011, convidado por Josias Ferreira de Souza. O fato de não ter sido devidamente apresentado ao tuxaua Hélio Barbosa fez com que a presença de José na Festa da Tucandeira, que era realizado causasse desconforto, foi proibido de tirar fotos. Do mesmo modo, em 2017, Diana Gomez esteve por três dias na comunidade Guaranatuba, durante um módulo da Licenciatura Indígena, a convite de Eudes Batista, do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé, e os professores não os consideraram suficientemente apresentadas à turma, exigindo que realizassem um esclarecimento (FIORI, 2018).

Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem e/ou controlam, sejam eles indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, instituições. Além disso, faz-se necessário reconhecer que “os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo” (HAESBAERT, 2007a, p. 22).

Os moradores de Ponta Alegre utilizam o espaço da comunidade para morar, frequentar escolas, igrejas, jogar futebol, assistência médica, reuniões, onde os mesmos possuem ainda sítios onde são desenvolvidas diversas atividades relacionada ao uso do território. Cada sítio possui seu dono, conforme o uso das famílias em suas gerações, que foram repassadas de pai para filhos. Quando alguém precisa de um pedaço de terra para fazer sua casa ou /sítios, independente se a família já possui terra ou não, se é homem ou mulher, mais necessita de outra área, as lideranças da comunidade se reúnem e indicam e doam para a família, há terras suficiente para todos, isso refere-se a forma de organização e distribuição do território para que não haja indígenas com grandes diferenças de espaços territoriais. São realizadas ainda reuniões para discutir a gestão territorial para verificar as atividades que estão prejudicando a comunidade, mostrando os danos ao meio ambiente e principalmente aos indígenas.

Há sempre pequenos conflitos quando alguém entra no território que pertence a outra família, mas logo é resolvido com os tuxauas e moradores mais antigos da comunidade que conhecem a história e ocupação de áreas por famílias. O tuxaua Amado Menezes, menciona

que antes não havia limites na comunidade, com aumento da população foi necessário delimitar as áreas para as famílias, mas afirma que terra tem bastante. Há áreas de caça, pesca, roçado, sítios, extração de madeira, cipós, tucandeiras, açai, bacaba, buriti, áreas de uso individual, familiar, coletivo, institucional entre outras.

#### 6.4 ATIVIDADES SATERÉ-MAWÉ: USO DO TERRITÓRIO

A territorialidade está ligada ao modo como os agentes sociais utilizam o território e como elas se organizam e dão um significado para o determinado espaço (HAESBAERT, 2007). A relação dos Sateré Mawé com uso do território está relacionada com as diversas atividades desenvolvidas pelos indígenas em seu cotidiano.

Para senhor José Nizomar Miquiles, mais conhecido como Tinico, 52 anos de idade, grande caçador da comunidade, agricultor, mateiro, cantador do ritual da tucandeira, nascido e criado em Ponta Alegre, afirma que é do território, da natureza que retira o alimento para sua família, retira os materiais e produtos como caroços, sementes, cipós, fibras, madeiras, folhas necessárias para produzir seus artesanatos. E onde se planta o roçado para o cultivo da maniva, batata, cará, milho, jerimum entre outros. Onde caça o veado, cutia, macaco, preguiça, jabuti, caítitu, e outras variedades de animais.

Na visão de Tinico (Figura 18), o território é um pedaço de terra destinado para realizar algum trabalho, os indígenas têm terra para morar, plantar e utilizar conforme sua necessidade. Não podem utilizar de forma errada, desmatando, porque seus filhos irão precisar. O território é importante para nossa sobrevivência.

Figura 18 - Tinico e seu cachorro de caça



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

Figura 19 - Cutia



Fonte: Sateré Mawé Eko (2019).

A utilização do território varia de família para família, conforme a necessidade, pessoas que coletam frutos amazônicos como bacaba, açaí, buriti, castanha da Amazônia, patauá; outros retiram a matéria prima para fazer os paneiros, peneiras, tipitis e outros ), outras preferem tirar madeiras para construção de moradias, casa de farinha, pontes; outras plantam o roçado, tendo como principal cultura a produção de mandioca para fazer a farinha, tucupi, farinha tapioca, goma, crueira, beiju entre outros cultivos; há também os que criam galinhas, patos, jacamins, porcos; utilizam o território através da pesca, do tucunaré, do cará açu, xaruto, pacu, jaraqui, peixe cachorro entre outras, seja utilizando a malhadeira, arco e flecha ou anzóis, é importante frisar que no período da cheia do rio Andirá a pesca fica mais escassa devido à elevação do nível do rio e pela fama dos rios de águas escuras serem conhecidas como rio da fome, há poucos nutrientes existente para os peixes, dificultando assim uma variedade. Cada pessoa utiliza o território conforme sua necessidade, caso esta atividade venha prejudicar a comunidade, o mesmo é chamado pelo tuxaua para sua orientação e esclarecimento sobre sua atividade, de forma que não prejudique os moradores. Por exemplo, pesca com o timbó, não é permitida, pois mata muitos peixes pequenos, além de deixar água imprópria para o consumo humano.

Para senhora Marilucia Souza, 46 anos de idade, indígena, professora há 23 anos da Escola Municipal Professora Rosa Cabral. O território é um determinado espaço que tem, para ser usado de maneiras diferentes, cada família ocupa um espaço que pertencia aos seus ancestrais, que vem sendo repassado de geração. A professora diz que sempre acontece conflitos, quando alguém entra no território que pertence a outra família, mas, com a intervenção do tuxaua logo é resolvido. Sobre as mudanças nas últimas décadas nas formas de organização e distribuição de áreas destinadas as atividades dos moradores, a professora afirma, que atualmente, a organização e distribuição de uso da terra ou território em Ponta Alegre é feito pelas lideranças da comunidade (tuxaua da comunidade, tuxaua do rio Andirá, presidente da comunidade, professores e moradores antigos). Caso, uma família recém-chegada na comunidade, é destinado de acordo com as lideranças, um local para mesma construir sua casa e roçada, ou para famílias que já moram na comunidade, são destinados área que pertencem aos seus avós ou uma nova área para pratica de suas atividades ou uma outra área.

Questionada de que forma sua família utiliza o território, a professora Marilucia Souza nos diz que o território no qual foi construída sua casa em Ponta Alegre, pertencia a seus pais Lucio Menezes e Maria Estevão (Dona Teca), hoje morando em Parintins-Am, porém, antes era de seus avós (Manuel e Eleonor) que foi dividido entre filhos. Atualmente, moram nesta aérea, os netos, que por sua vez, tendem a repassar a outras gerações, da mesma forma que

ocorreu no passado. De acordo com a professora Marilucia, por ter como profissão professora, o uso do território está ligado diretamente a casa, que ficam em frente ao rio Andirá. Mas, nos relata que seu esposo Carlos da Silva, utiliza o território através da pesca nos igarapés ou cabeceiras do rio, pescando o tucunaré, pacu, jaraqui, branquinha, traíra entre outros. Utiliza a malhadeira, corrico, anzol com linha comprida ou arma de pesca, e muitas vezes comercializa o pescado com os moradores.

Figura 20 - Área de uso familiar, Paraiso.



Fonte: Tadeu Menezes (2017).

Figura 21 - Área de uso familiar, Menezes



Fonte: Tadeu Menezes (2017)

Na figura 20, mostra uma área de uso familiar pertencente aos avós maternos da professora Marilucia, que fica localizada em frente a Ponta Alegre, da outra margem do rio, pertencente à família do saudoso Capitão França e sua esposa Maria Ferreira, grande líder indígena, local conhecido como Paraiso. Na figura 21, temos uma outra área de uso familiar, pertencente aos avós paternos da professora Marilucia, os saudosos Manoel Menezes e sua esposa Eleonor Menezes, que fica localizado também na outra margem do rio, em frente a comunidade. Local conhecido como praia dos Menezes.

Para seu Amado Menezes Filho, 63 anos de idade, tuxaua geral do rio Andirá, que recebeu o cargo no dia 13.06.2015 após o falecimento de seu pai, o território vem ser uma área demarcada e homologada para os indígenas. A organização e distribuição de áreas dentro da terra indígena é feita conforme o uso das famílias, cada área tem seu dono que vão passando de pai para filhos. Para definir as regras de posse e uso do território (áreas), são feitas reuniões com a comunidade para informar como devem trabalhar e como devem utilizar, definir os limites, tipos de atividades, evitando possíveis situações ou conflitos que envolvam o uso do território ou alguma atividade que possa prejudicar a comunidade.

Quando questionado sobre os conflitos, intrigas com moradores pelo uso ou posse de áreas, o tuxaua Amado, afirma que sim, já aconteceu conflitos, principalmente quando ultrapassam os limites definidos, tanto na sede da comunidade como no momento da construção

de cercas para a separação dos terrenos, quanto nas áreas da sede da comunidade, quando há presença de outras famílias em áreas de uso já destinadas a determinada família, que ali estão a gerações.

Seu Amado, relata que na parte sul da comunidade, no igarapé do Diamantino, adentrando em certa área do igarapé, os moradores da comunidade não podiam pescar ou fazer o roçado, devido uma família (Araujada) ali presente, que se intitulavam donos daquela localidade. Atualmente ao longo do igarapé do Diamantino, em suas margens, são divididos em sítios de diversas famílias, para prática de diversas atividades, como a plantações de maniva, milho, cará, produção de farinha, farinha tapioca, crueira, entre outros.

O tuxaua Amado (Figura 22) sentado à mesa, nos conta que houveram mudanças nos últimos anos na organização do território, para ele, mudou, antes não havia limites, com aumento da população da comunidade foi necessário delimitar as áreas para as pessoas ou familiares trabalharem. Ele reforça ainda, que existem áreas para todos na comunidade, áreas de uso familiar e áreas de uso coletivo. Por isso, ele é responsável pelas questões de terras, quando as pessoas lhe procuram, vai até o local, conversa e resolve da melhor forma possível. Hoje a sede da comunidade está dividida em setores, I, II, III e IV, cada setor possui um responsável, além das áreas de uso diversos que ficam fora da sede.

Figura 22 - Tuxaua Geral Amado Filho (frente)



Fonte: Lucio Menezes (2018).

Figura 23 - Dialogo sobre uso do território



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

Como mencionado anteriormente, além da sede Ponta Alegre os moradores realizam ainda suas atividades do uso do território em seus sítios ou cabeceiras, onde estão localizadas uma pequena casa, com quarto, cozinha, casa de farinha e seu roçado (Figura 23).

Com base nas entrevistas com os moradores de Ponta Alegre, foi possível identificar as atividades relacionadas ao uso do território, tendo como resultado os dados no quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Ponta Alegre: Uso do Território

Ordem	Atividade	Descrição	Onde
01	Roçado (planta-se variedade)	Maniva, cará, batata doce, jerimum, milho, banana, outros.	- sítios (área de uso familiar)
02	Pesca	Tucunaré, Pacu, charuto, cará-açú, jaraqui, traíra, aracu, branquinha.	- rios, igarapés (área de uso coletivo)
03	Caça	Veado, cutia, paca, macaco, guariba, preguiça, caititu, anta, tucano.	- mata (área de uso coletivo)
04	Plantação (planta-se apenas um tipo)	Guaraná, mandioca, ervas medicinais	- sítio (área de uso familiar)
05	Criação	Galinhas, patos, jacamim, porco, veados, anta, jabuti outros	- sítio (área de uso familiar)
06	Frutos amazônicos	Açaí, bacaba, patoá, buriti, outros	- mata (área de uso familiar ou coletivo)
07	Produtos medicinais	Andiroba, copaíba, mel de abelha, leite e amapá, formigas tucandeiras, saúva, fibras, ervas medicinais.	- mata (área de uso coletivo)
08	Artesanato	Paneiro, peneira, colar, anel, cocar, pau de chuva.	- sítio ou casa (área de uso familiar ou coletivo)
09	Madeira/Palhas	Construção de casas	- mata (área de uso coletivo)
10	Serviços	Transporte coletivo via fluvial, Comercio de produtos em geral	- rios (área de usos coletivo) - casa (área de uso familiar)

Fonte: Menezes (2019).

A atividade mais praticada pelos indígenas em Ponta Alegre é o roçado, dos 35 chefes de famílias entrevistados, 32 tinham o roçado com umas das atividades relacionadas ao uso do território. É no roçado que se planta a maniva, conseqüentemente a mandioca e a produção de farinha d'água, que é considerada uma das melhores da região dos municípios de Barreirinha, Maués, Parintins e Manaus no estado do Amazonas, por ser amarelada, crocante, grãos médios e saborosa. Além da farinha, se produz ainda da mandioca a farinha tapioca, tucupi, beijus, crueira, gomas, bebidas, entre outras. E no roçado que cultivam também o cará branco, cará roxo, batata doce, macaxeira, produtos fundamentais na alimentação diária dos indígenas. Assim como o milho, jerimum, banana, melancia que fazem parte do cultivo no roçado.

Na figura 24, observa-se mulheres descascando a mandioca, bastante comum no cotidiano Sateré-Mawé, que em seguida a mandioca é ralada e colocada para descansar, como mostra a figura 25 a seguir.

Figura 24 - Descascando mandioca na cozinha



Fonte: Lucio Menezes (2013).

Figura 25 - mandioca ralada



Fonte: Sateré Mawé Eko (2019).

E comum durante a prática do roçado, o “puxirum” (mutirão realizado junto com a comunidade a convite de um morador para fazer o roçado, seja nas etapas de derrubada das árvores, de queimada, da limpeza ou plantação). A escolha das áreas do roçado fica a critério do dono, mas segue uma espécie de rodízio do uso da terra, a área de uso familiar é dividida e a cada ano se utiliza uma área diferente para prática do roçado, deixando a anterior se recompor, ao passo que no momento que retornarem a primeira área do roçado, a mesma está apta ao roçado ou outra atividade relacionada ao uso do território. Os produtos produzidos a partir do roçado, são destinados ao consumo familiar, trocas ou comercializado na comunidade e municípios próximos.

A pesca, é uma segunda atividade muito comum no cotidiano dos indígenas em Ponta Alegre, dos 35 entrevistados, 31 indígenas chefes de famílias praticam a atividade. Praticado com uso da malhadeira, de caniços de pesca, de linha comprida, de armadilha de pesca – cacuri, pesca com arma de mergulho, pesca de corrico e a pesca com arco e flecha. Cada família utiliza certos tipos de instrumentos, por exemplo, no final da tarde na beira do rio na comunidade no período da seca utiliza-se a malhadeira, onde se pesca muito o charuto. Pescam ainda nos rios em frente a seus sítios ou cabeceiras, nos igarapés e braços de rios ao longo do rio Andirá. As espécies mais pescadas são as do tucunaré (*Cichla ocellaris*), charuto (*Characidium fasciatum*),

acará-açu (*Astronotus ocellatus*), branquinha (*Psectrogaster amazônica*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), traíra (*Hoplias malabaricus*).

Geralmente tem lugares estratégicos para pesca, em áreas de uso familiar ou coletivo, exemplo, nos rios em frente aos sítios ou uma outra área, jogam a casca de mandioca para atrair os peixes, constroem ainda o cacuri (armadilha de pescado tipo labirinto), pescam ainda nas margens dos rios de corrico ou deixando seus anzóis de linha comprida “pendurado” em uma árvore nos igarapés, assim como também se arma de mergulho para pescado maiores, há ainda a pesca com arco e flecha e pesca de “poronga” (pesca noturna), que apesar de ser pouco utilizado atualmente, mesmo assim ainda se pratica por alguns indígenas da comunidade. É importante lembrar que o pescado é bastante produtivo no período na seca, ao passo, que no período da cheia torna-se difícil a prática, devido a cheia do rio. Os indígenas relatam que décadas atrás era comum utilizar o timbó (*Ateleia glazioveana Baill*) na pesca em igarapés, matando centenas de peixes, das mais variadas espécies e tamanhos. Hoje, tal prática não é mais permitida devido aos danos causados à natureza e ao homem.

A caça, é a terceira atividade identificada pelos Sateré-Mawé na comunidade em Ponta Alegre, são realizadas com espingarda e cartuchos de projeteis múltiplos ou arco e flechas. A caçada poder ser com cachorro ou sem, dependendo da área ou tipo de caça. Os locais das caçadas podem ser em localidade próxima ao rios e igarapés, assim como também pode ser no centro da mata (áreas de uso coletivo). Cada caçador utiliza uma técnica diferente, podendo ser a noite ou dia. Os animais objeto de caça são: o veado, a cutia, o macaco, a guariba, a preguiça, o caititu, a anta, o tucano, mutum, jacamim, jabuti, tatu, entre outros. Nesta atividade dos 35 chefes de famílias entrevistados, 29 famílias realizam tal atividade no uso do território, as caças são destinadas para o consumo familiar, troca ou venda com indígenas da comunidade.

Uma outra atividade também comum dos Sateré- Mawé no uso de seu território, está ligada plantação do guaraná e ervas medicinais dos 35 chefes de famílias entrevistados, 28 famílias cultivam o guaraná ou plantas medicinais, essas atividades são praticadas em seus sítios (áreas de uso familiar) localizadas na comunidade ou fora dela. O guaraná Sateré-Mawé é bastante conhecido, no qual a produção é destinada muitas vezes através do Consórcio Produtores Sateré-Mawé para o mercado nacional e internacional, assim como também para o consumo diário na comunidade nas reuniões, eventos esportivos, festividades escolares e religiosas, ritual da tucandeira, no roçado, em casa e muitos mais. No que diz respeito a plantas medicinais cultivadas pelos indígenas, podemos citar: a sacaca, o gengibre, a babosa, o boldo, camomila, cidreira, hortelã, capim cheiroso, goiabeira, entre outros.

A criação de animais, é uma atividade também identificada no uso do território pelos indígenas em Ponta Alegre, entre os 35 chefes de famílias entrevistadas, 24 famílias criam galinhas, galos, patos, jacamins, macacos, porcos, veados, anta, jabuti, entre outros, em seus sítios (área de uso familiar), sua criação consiste para o consumo familiar, troca ou comercialização com indígenas da comunidade.

Uma outra forma utilizada no uso do território está relacionada a coleta de frutos amazônicos como o açaí, buriti, bacaba, patauá, pajurá, abiu, ingá, camapú, piquiá, castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), entre outras, dos 35 chefes de famílias entrevistados, 22 estão relacionados com a prática das atividades referente ao extrativismo dos frutos amazônicos. As coletas são feitas num determinado período do ano, na medida que as árvores propiciam os frutos para o consumo, as coletas são realizadas em áreas de uso coletivo e familiar, estas áreas estão localizadas as margens do rio ou mata a dentro (centro da mata). Os frutos coletados são para consumo próprio ou destinado a venda ou troca.

Da mesma forma, acontecem com a coleta de produtos medicinais, como andiroba, copaíba, mel de abelha, unha de gato, jucá e formigas tucandeiras, entre outros, do qual os 35 chefes de famílias entrevistados, 20 estão relacionados à coleta de produtos medicinais, atividade de grande importância na comunidade, onde a cultura medicinal Sateré-Mawé ainda é bastante forte, mesmo com a presença de enfermeiros e técnicos no posto de Saúde. Para realizar a coletas dos produtos medicinais ou frutos da Amazônia, é necessário o conhecimento das áreas (de uso familiar ou coletivo), e saber andar na mata, caso contrário, podem se perder.

Uma outra atividade também comum pelos indígenas na comunidade é o artesanato, dos 35 chefes de famílias, 18 famílias estão relacionadas a produção de artesanatos, seja para comercialização ou uso próprio em suas atividades diárias. Um artesanato muito comum e útil nas casas é a cuia, utilizada no preparo da bebida tradicional Sateré-Mawé, o çapó (mistura de água com guaraná em barra, ralado na língua de pirarucu) consumida diariamente pelos indígenas, assim como no preparo e consumo do chibé de farinha ou formiga comestível bastante comum em seu cotidiano.

As cuieiras (*Crescentia cujete*), são plantadas no quintas da casa na sede da comunidade ou em seus sítios, após darem as cuias a mesma são serradas ao meio, feito a limpeza, a secagem e recebem quando necessário as pinturas (Figura 26), outras cuias são destinadas a baldes para armazenamentos de água, com pequenos orifícios na parte superior do fruto.

Figura 26 - chibé de farinha na cuia pitinga



Fonte: Sateré Mawé Eko (2019).

Figura 27 - Artesanatos



Fonte: Sateré Mawé Eko (2019).

O paneiro, é outro instrumento de grande importância do artesanato do povo Sateré-Mawé (Figura 27), utilizado como suporte de carregamento de produtos diversos, como da mandioca, bananas, maniva, bagagens, entre outros. O processo de confecção começa na extração das fibras e cipós adequados para confecção do mesmo, em áreas de uso familiar ou coletivo, da mesma forma que se aproveita também para produzir as peneiras, tipitis que são produzidos dos mais diversos tamanhos, para o uso cotidiano, como também das encomendas realizadas para terceiros, ou para comercialização do mesmo em outras localidades e municípios. Produzem ainda anéis feitos de caroço de tucumã; colares feitos de sementes, penas, ossos; cocais de pena de arara ou gavião real; bancos feitos de diversos tipos de madeiras, pau de chuvas, pulseiras, arco, flechas entre outros. Os produtos artesanais têm como finalidade o uso em suas atividades diárias, assim como também para a comercialização em eventos nos municípios.

As atividades relacionadas a extração de madeiras também foram relatadas no uso do território, destinada a construções de casas, utilizando o motosserra durante a execução das atividades para produzirem as tábuas, perna mancás, caibros, cercas, entre outros. Os produtos derivados da madeira, são frutos de encomendas dos moradores indígenas de Ponta Alegre e comunidades vizinhas que compram, ou trocam o produto. Dos 35 chefes de famílias entrevistados, 8 famílias estão relacionadas a extração de madeira e palhas bastante utilizados na comunidade.

A utilização do território através da prestação de serviços também é uma das atividades mencionadas pelos moradores, entre elas podemos citar a utilização dos rios com o

transporte de cargas e passageiros entre Ponta Alegre e municípios vizinhos, assim como o comércio de gêneros alimentícios existente dentro de Ponta Alegre.

#### 6.5 CALENDÁRIO SOCIONATURAL SATERÉ MAWÉ

Na elaboração do calendário socionatural Sateré Mawé, foram consideradas a flexibilidade do Método em adaptar a diferentes contextos socioculturais, com objetivo de analisar as atividades entre homem e natureza (sociotureza). Foram considerados os seguintes indicadores: o clima, a astronomia, as atividades, os vegetais, os animais e os problemas socioambientais, pelo fato de analisarmos a gestão territorial da comunidade. Através dos indicadores foram identificadas as atividades realizadas pelos indígenas, ao longo do ano (janeiro a dezembro). Nos quadros 01 e 02 a seguir, podemos visualizar melhor a distribuição dos indicadores e as atividades das relações sociotureza (homem e natureza) no período de um ano, e poder verificar como os indígenas se relacionam e utilizam o seu território.

Quadro 02 - Calendário Socionatural e seus indicadores: relação sociotureza dos Sateré-Mawé em Ponta Alegre.  
Semestre 01

	Clima	Animais	Vegetais	Atividade	Problemas socioambientais	Astronomia
JAN	-Muita Chuva	- Reprodução dos animais - Queixada (tatu, paca, cotia, veado, macaco, carapanã...)	- Castanha, pau-rosa, breu, tuquirana, massaranduba, sorva... - Açai - piqui Cajurana, uixi liso, coroa	- Caça fica difícil -Pescam com malhadeira e anzol - Plantio do guaraná	-Diarréia, -Problemas respiratório: gripe, tosse -Diabete, câncer, apendicite, coqueluche, e gestação.	- lua cheia
FEV	-Muita Chuva	- Carapanã	- Pau-rosa -Muruci da campina -Muruci da mata - Cacaarana - piquia	-Pesca com malhadeira nos igarapés temporários -Reunião da escola com a comunidade -Secam do guaraná no girau e queima em forno de barro - caça -Início do ano letivo	- Diarreia (com chuva vai tudo para o rio) - Lixo no rio.	
MAR	-Muita Chuva	- Carapanã	-Açai, buriti, patauá... Piquia	-Secagem do guaraná - caça -Produção de guaraná em bastão -Pesca com malhadeira nos igarapés	- Lixo - Diabete, câncer, apendicite - gestação	-lua cheia
ABR	-Pouca Chuva: -Início do verão	-Carapanã	-Açai, buriti, patauá - Uixi com flor	- Início roçado (delimita área, marcam dia, derrubada) - caça - Festa dia do índio - Semana do índio - Aniversário da escola	- lixo	
MAI	-Pouca Chuva	- Carapanã -: paca, cotia, tatu. -Período de animais venenosos: jararaca, surucucu - Guariba fica com bicheira	- Pau-rosa - Uixi	- Não caçam guariba por causa da bicheira - Bom para caçar- Dia das mães na escola - caça	-Carapanã (depois que construíram a fossas, passou ter o ano todo) -Acidentes com picada de cobras	-lua cheia
JUN	- Sazonal: as vezes chove ou outro não -Igarapés temporários secam	- Carapanã	- Pau-rosa - Uixi coroa e liso - Palha branca do babaçu (ano todo) e caranã (todo ano) -Madeira: massaraduba, maracatiara, acariaquaria...(ano todo)	- Festa de São João (21 a 26)	- Lixo ( sem destino final) problema ano inteiro.	

Fonte: Pesquisa Campo (2019).

Quadro 03 - Calendário Socionatural e seus indicadores: relação sociotureza dos Sateré-Mawé em Ponta Alegre.  
Semestre 02

	<b>Clima</b>	<b>Animais</b>	<b>Vegetais</b>	<b>Atividade</b>	<b>Problemas socioambientais</b>	<b>Astronomia</b>
<b>JUL</b>	- Chove as vezes -Não conseguem mais chegar nos igarapés, estão completamente secos.	- Carapanã	- Bacaba - Tauari (papel do índio)	- Derrubada e queima da roça - Plantio: mãe da roça “maniva”, cana, cará, milho, jerimum, fava, cabaço, juruá, tabaco, bana, macaxeira, maniquera -Férias escolares -Crianças ajudam na roça	- lixo - carapanã	- lua cheia
<b>AGO</b>	-Muito calor, período de ventos e não chove	-Mosquito e meruim	- Bacaba -Florada do guaraná	- Plantação da maniva - Pescam com poronga e zagaia ou arco e flecha -Ensaio para desfile cívico	- lixo	
<b>SET</b>	-Muito calor, período de vento e não chove	- Mosquito e meruim	- Florada do guaraná	-Plantação de maniva - Pescam com poronga e zagaia -Desfile cívico (escola)	- Diabete, câncer, apendicite	- lua cheia
<b>OUT</b>	-Muito calor, período de vento e não chove - Aguardando a chuva para as plantações	-Formiga tucandeira (ano todo) retirada para o ritual.	- Caju - O guaraná está maduro e pronto para colheita.	-Plantio da maniva -Coleta do cará para consumo, venda ou troca - Festa ritual da tucandeira - Festa da criança (escola)	- lixo	
<b>NOV</b>	-Início das chuvas -Igarapés começam a encher		-Colheita do guaraná	-Colheita juruá - Pescam de peixeiro (limpa área do igapó e jogam casca de mandioca e cerca com malhadeira)	- lixo	- lua cheia
<b>DEZ</b>	-Chuva alternada	- O peixe está indo embora, período de reprodução de peixe: aracu, piranha, arari, traíra, tucunaré, bararuá, - Tucunaré e jaraqui (pesca)		- Caça -Pescam com malhadeira, arma e anzol - Torram o guaraná - encerramento do ano letivo e formatura dos alunos	- lixo - Diabete, câncer, apendicite	

Fonte: Pesquisa Campo (2019).

Para entendermos e analisamos a territorialidade do povo Sateré-Mawé em Ponta Alegre, foi fundamental compreendermos a relação dos indígenas com a natureza (sociotureza) existente em suas atividades cotidianas, observando os indicadores presente no calendário sócio natural (quadro 01 e 02).

**CLIMA:** Para o início do roçado é fundamental aguardar o período adequado do ano, geralmente os indígenas aguardam o início do verão, quando chove pouco (abril) para demilitar a áreas do roçado e em seguida derrubar. Começam a plantar (julho/agosto/setembro/outubro) a maniva e o cará entre outros ao lado dos paus caídos e queimados, aguardam posteriormente o período chuvoso (novembro) para nascer as plantações. Nas enchentes dos rios e igarapés com a chegada do período chuvoso, altera a forma de pescar na comunidade, utilizando meios diferentes durante o período do ano, no período da cheia (muita chuva) utiliza-se arma de pesca, malhadeira, anzol, por não ter muito paus, galhos ou troncos no fundo do rio. Ao passo que no período da seca (pouca chuva ou não chove e muito calor) utiliza-se pesca de poronga (pesca noturna), zagaia, corrico, arco e flecha, principalmente entre os galhos, troncos ou paus as margens dos rios.

**ANIMAIS:** A reprodução dos animais se dá num determinado período do ano (dezembro e janeiro) com nascimento das mais variadas espécies. Este é o período também das queixadas, tatu, macaco (prego, guariba, velho, buziu, caiarara), porcão, jabuti, japim. O carapanã, depois que construíram as fossas dos banheiros tem o ano inteiro. Há também o período (maio) de maior incidência de animais venenosos, principalmente cobras, como a jararaca e surucucu, assim como também as guaribas que ficam com bicheiras. No período da seca (agosto) surgem nas praias os maruim e mosquitos. Para o ritual da tucandeira, as formigas são capturadas geralmente no mês de outubro apesar delas estarem disponíveis o ano todo na mata. Os peixes durante esse período (dezembro e abril) somem, devido a reprodução e a cheias dos rios, temos como exemplo: o aracu, a piranha, o arari, a traíra, o tucunaré, o bararuá.

**VEGETAIS:** Os vegetais e suas variedades surgem a partir de certo período do ano, podemos citar a castanha do Brasil (janeiro) muito coletada no passado, hoje são pouquíssimos os coletores, da mesma forma o pau-rosa (janeiro) atualmente já não coletam mais, devido à escassez da árvore. O breu atualmente é bastante coletado, assim como a tuquirana, massaranduba e a sorva. O açai que começa a ser coletado (janeiro a abril) pode ser de dois tipos, o açai de touceira, considerado pelos indígenas o mais gostoso e o açai juçara. O muruci da campina (fevereiro), árvore utilizada para defumar o guaraná. Surge também o cacaarana e o muruci grande, encontrado no centro da mata, que servem como lenha para cozinhar, assar e fazer a farinha. O buriti, patauá, bacaba, uixi (*Endopleura uchi*) coroa e liso (março, abril, maio)

são frutos amazônicos bastante coletados nesse período. A florada do guaraná (agosto, setembro) acontecem nesses meses e quando chega o período do caju (outubro), o guaraná já está maduro e pronto para colher. As palhas brancas de babaçu (*Attalea speciosa*) e caraná (*Mauritia caraná*), as madeiras maçaranduba (*Manilkara huberi*), bacatirana (*Persea lavigata*), acariquara (*Minquartia guianensis*) e o tauari (*Couratari tauari* - papel do índio, onde não pode tirar no luar, somente na lua escura) são extraídos o ano todo.

ATIVIDADES: Atividades na comunidade começam o ano (janeiro) com o período de caça difícil, porém a partir fevereiro a caça fica abundante. Os indígenas relatam que na pesca antigamente, usavam o timbó no capinzal nos rios, onde tinha muitos peixinhos tipo branquinha e peixe cachorro, as branquinhas usavam como isca para pescar o tucunaré, atualmente essa prática foi proibida pela comunidade por ocasionar a mortes de muitos peixes, tanto pequenos como grandes, o que dificultaria a reprodução de várias espécies. Nesse período (janeiro) pescam utilizando as malhadeiras (malhas pequenas e médias) e anzóis (linha comprida, caniço e corrico). Nesse período (janeiro, fevereiro, março) também começam a plantar o guaraná e produzir o bastão de guaraná da colheita passada, colocam o guaraná para secagem e em seguida queima no forno de barro. Começa a colheita da mandioca que se prolonga o ano todo. Início também do ano letivo na escola municipal. No final desse período (janeiro), os igarapés começam a encher e é possível de pescar neles.

O período de início da roça (abril) começa quando fazem a quadra ou a delimitação da área do roçado na mata, depois marcam o puxirum (multirão) para derrubada. Período também na comunidade das festividades em comemoração ao dia do índio, com a semana do índio, onde se faz o ritual da tucandeira, com sua dança e cantorias expressam suas mágoas, sentimentos, batalhas, guerras, parábolas na vida do povo Sateré-Mawé. Neste mês também, comemoram o aniversário da escola municipal Rosa Cabral. O período (fevereiro/maio) é bom para os indígenas caçarem a paca, o tatu e cotia, porém, não caçam as guaribas por estarem de bicheira nesse tempo. Uma outra festividade que acontece na comunidade é a festa de São João Batista nos dias 21 a 26 de junho. Os indígenas voltam a roça (julho, agosto, setembro) para a derrubada e queimada, e em seguida para plantar a mãe da roça (maniva) onde toda família e convidados são envolvidos, e posteriormente, a cana, o cará roxo, cará branco ao lado dos paus caídos, plantam ainda o milho, fava, cabaça, jerimum, juruá (comem a semente), banana, macaxeira, maniguera (fazer mingau), entre outros, e antigamente plantavam muito tabaco, hoje é raro. Na comunidade escolar há uma programação de ensaio e desfile cívico para a semana da Pátria, com trajes típicos e valorização da cultura indígena. O plantio da maniva continua e inicia a colheita (outubro, novembro) principalmente do cará e de outras plantações, a produção é

direcionada ao consumo familiar, venda ou troca. Temos ainda a festa do ritual da tucandeira, momento de alegria, pois a roça já está pronta, as caças e pescas começam a serem satisfatória, e a comunidade comemora os bons tempos que virão. Há também nesse período a programação dos dias da criança organizado pela escola juntamente com a comunidade. No mês de dezembro, a comunidade se organiza na preparação de alimentos, quando saem para caça, pescar, colher, torram o guaraná para a festividade de natal, assim como também para o encerramento do ano letivo e formatura dos alunos.

**PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS:** Sobre os problemas socioambientais na comunidade, podemos iniciar com o uso do timbó pelos indígenas anos atrás, o que dificultava a reprodução de peixes e conseqüente o consumo daquela água, atualmente a utilização do timbó é proibido pela comunidade. O lixo produzido pelos indígenas, decorrente das embalagens de gêneros alimentícios e produtos gerais, é uma outra problemática na comunidade, pois, observa-se a presença de lixo nas praias em frente a comunidade, nos igarapés, nas ruas e terrenos baldios. Apesar dos indígenas enterrarem ou queimarem os resíduos, acabam de certa forma contribuindo para degradação ambiental, seja produzindo e inalando a fumaça da queimada do lixo ou com o chorume, contaminando o solo ou lençol freático. O crescente número de casos de diarreia no período das enchentes dos rios é outro problema mencionado pelos indígenas, de acordo com os mesmos, com o período chuvoso, as águas das chuvas varrem tudo para os rios, contribuindo para o elevado índice de diarreia. Assim como a gripe, problemas respiratórios, acidentes com picadas de cobras, principalmente com a jararaca, a presença de carapanãs (o ano todo, depois que construíram as fossas dos banheiros) somam os problemas socioambientais em Ponta Alegre relatados pelos indígenas.

**ASTRONOMIA:** Pelas informações adquiridas os indígenas em Ponta Alegre se baseiam na lua para caçar ou pescar, quando é lua cheia, é propícia para prática das atividades, tendo êxodo em sua prática.

Com base nessas informações das relações entre os indígenas e a natureza, relacionados aos indicadores ao longo do ano, elaboramos o Calendário Socionatural Sateré-Mawé - Ponta Alegre (Figura 28) a seguir:



O calendário socionatural em formato de pizza, apesar de está toda fatiada, porém, no formato geral torna-se unidade, mostra as relações entre os indicadores (clima, vegetal, atividade, animais, problemas socioambientais e astronomia) através das atividades dos indígenas com a natureza (sociotureza) ao longo do ano (janeiro a dezembro), o que demonstra a utilização e uso do território, seja ele, de uso de familiar, uso coletivo ou institucional.

No calendário socionatural Sateré-Mawé de Ponta Alegre é de extrema importância compreendermos as relações que há entre os indicadores, cada indicador deve ser analisado em conjunto com os demais.

**JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL:** Para exemplificarmos a relação sociotureza, citamos como exemplo o indicador (animal), o período de maior abundância e propício a caçar são os meses de fevereiro a maio, isso devido ao indicador (vegetal) período em que as sementes, frutos da cajurana, uixi liso, uixi coroa, açai, piquiá, buriti, sorva, cacaarana, e outros frutos amazônicos floram e caem, devido ao período de muita chuva, tendo como elemento influenciador o indicador (clima) o que atrai os animais, como a paca, o veado, a cutia, o tatu, o macaco entre outros, para baixo das árvores, favorecendo uma diversidade de caças (atividade) nesse período.

Os peixes nesse mesmo período somem, devido a cheia dos rios que vai alterar também o indicador (atividade) diminuindo a atividade de pesca e voltando posteriormente como principal atividade na seca do rio, no segundo semestre do ano, período de abundância dos peixes. Nessa transição é importante ressaltar as alterações no tipo de pesca ou técnica utilizada ao longo do ano, seja com malhadeira, corrico, arma de pesca, anzol, poronga, arco e flecha, entre outros. Que serão utilizadas conforme o período do ano. Da mesma forma atribui a atividade de caça, que no segundo semestre do ano diminui, se torna difícil, o que irá alterar também as técnicas utilizadas, com ou sem cachorros, nas áreas próximas as margens dos rios ou nos centros da mata.

Com o período de muitas chuvas o indicador (problemas socioambientais) se destaca com os crescentes números de diarreia, gripe e tosse, principalmente em crianças e o destino inadequado do lixo. Existe um equilíbrio na busca de proteínas/carnes quando a caça aumenta, o peixe diminui; foi preciso o povo Sateré compreender esses ciclos naturais para garantir sua reprodução física (alimentos), significando a observação da natureza e o repasse dos conhecimentos. Paralelamente o desenvolvimento de técnicas de caça, pesca e extração vegetal para garantir alimento para as famílias, como também os demais produtos da floresta que servem para a confecção de armadilhas, potes, entre outros, possuem técnicas de conservação e produção de alimentos, tudo se liga em um único fenômeno, o da reprodução humana.

#### MAIO/JUNHO/JULHO/AGOSTO:

Na coluna do mês maio e seus respectivos indicadores, observa-se o período dos animais peçonhentos, principalmente é a época das cobras venenosas, como a mais temida, a surucucu (quando não mata, deixa a pessoa “alejada” como dizem os sateres) e a jararaca. Como nesse período (até maio) os animais são abundantes, a prática da caça aumenta, como também os casos e acidentes com picadas de cobra e juntamente com a problemática do destino inadequado do lixo e dos carapanãs continua no resto do ano, ampliam a lista do indicador problemas socioambientais. Neste período ocorre a transição entre o indicador clima (de muita chuva para não chove) conforme relatado pelos indígenas. É a época do surgimento das praias, onde a pesca torna-se a principal atividade, devido a seca do rio, enquanto que a caça, torna-se difícil. Período bom para o plantio na roça e início do florada do guaraná.

SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO: é o período (clima) mais quente do ano, não chove e todos aguardando ansiosamente o início das chuvas, período de terminar de plantar a roça, fazer a colheita, a produção do guaraná (vegetal/atividade). O peixe é abundante e no final desse período a caça começa a aparecer (animais), é hora de comemorar com o ritual da tucandeira. A comunidade toda se envolve, crianças, jovens, mulheres, idosos. Ponta Alegre nesse período recebe visitantes de outras comunidades para prestigiar a eventualidade.

No Calendário socionatural Sateré-Mawé, não é possível analisar de forma isolada os indicadores e meses do ano, há uma relação entre o povo Sateré-Mawé com a natureza, na utilização, uso, organização e reorganização do território, seja material ou imaterial, seja, um território político, jurídico ou cultural. A análise desta relação (calendário socionatural) é muito abrangente, nesta pesquisa, mostramos apenas a ponta do iceberg, que servirá como subsídio para outras pesquisas, e continuarão esta análise da territorialidade através do Método Indutivo Intercultural.

#### 6.6 ETNOMAPEAMENTO DAS ATIVIDADES

O etnomapeamento consiste na localização espacial feito pelos próprios indígenas das atividades executadas pelos mesmos, referente ao uso dos recursos naturais: animal e vegetal, atividades de uso cultural: roça, pesca, coleta, retirada de formigas tucandeira, localização da comunidade (sede) e suas áreas adjacentes de uso familiar ou coletivo e outras informações relevantes que possam contribuir para a compreensão da territorialidade através da localização espacial das atividades no território.

Na figura 29, destaca o momento de diálogo sobre as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé no uso do território durante oficina. Ao passo que na figura 30, “Tinico,” nde mateiro, caçador, morador de referência por ser conhecedor da localidade, contribuiu significativamente na identificação e localização das atividades, e posteriormente no etnomapeamento Sateré-Mawé, atribuídos em três localidade: Arauá; Sapucaia Mirim e Diamantino.

Figura 29 - Oficina Calendário Socionatural



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

Figura 30 - Tinico localização das atividades



Fonte: Tadeu Menezes (2018).

No mapa (Figura 31) “Etnomapeamento Sateré-Mawé: usos do território pelos moradores de Ponta Alegre” a seguir, observamos que na comunidade de Ponta Alegre (sede) há atividades executadas fora da sede, muitas vezes em áreas pertencentes a outras comunidades. As atividades de uso do território se concentram nas localidades conhecido como Arauá; Sapucaia Mirim e Diamantino, nomes atribuídos ao igarapé principal em cada localidade.

Localidade do Arauá: os igarapés do Arauá estão localizados entre as comunidades Praia Dourada e Vila Miquiles na margem direita do rio Andirá. O igarapé principal Arauá, adentra em direção ao norte ultrapassando o limite da Terra Indígena Andirá/Marau, ao longo do igarapé principal Arauá (permanente) há outros igarapés menores (temporários), que muitas vezes recebem o nome de seus antigos moradores. Nesta localidade os moradores de Ponta Alegre se deslocam diariamente no início da manhã e retornam no final da tarde, há família que se desloca na segunda e retorna somente na sexta, nas férias escolares ou mesmo em período letivo, os alunos utilizam o transporte escolar que vão até o sitio, mas a maioria dos alunos permanece em Ponta Alegre.

No Arauá existem sítios de moradores de outras comunidades, como das comunidades do Guaranatuba, Praia Dourada e Nova Vida II, é importante frisar que a localidade não pertence somente aos moradores de Ponta Alegre, mas de uso coletivo, porém, se torna de uso

familiar no momento que constroem seus sítios, roçado e praticam demais atividades. No mapa (Figura31) estão presentes a localização das atividades realizadas pelos moradores de Ponta Alegre, que são a maioria juntamente com as atividades dos demais moradores de outras comunidades.

Destacamos na localidade do Arauá, a caça com cachorro as margens dos igarapés, pelo fato dos animais, principalmente o veado, descerem para os rios. Temos ainda a extração de madeiras como massaranduba, maracatiara, acariaquaria, tuquirana; assim como também os cipós, fibras, breu, copaíba e formigas tucandeiras que se encontram distantes das margens dos rios, com exceção das palhas. E uma localidade também procurada para a pesca com malhadeira.

Localidade Sapucaia Mirim: localizado a margem direita do rio Andirá, a leste de Ponta Alegre (margem esquerda), o igarapé principal Sapucaia Mirim (permanente) se direciona a leste, adentrando a Terra Indígena Andirá/Marau, onde os indígenas de Ponta Alegre executam suas atividades, temos ainda os igarapés temporários que somem nas matas. Podemos exemplificar o igarapé do Beijo, igarapé da Chuva, igarapé Victor, igarapé da Visagem, igarapé Campina, igarapé de Açúcar entre outros.

Nesta localidade as atividades de uso do território são de ações dos moradores da Vila Miquiles (margem direita rio Andirá); comunidade Nova União (margem esquerda do igarapé do Sapucaia Miri) e comunidade Boa Fé (a margem esquerda do igarapé do Visagem), juntamente com moradores de Ponta Alegre. Cada família possui seu sítio, caracterizando de uso familiar, assim como também há o território de uso coletivo que vão ser encontrados do início ao fim do Sapucaia (Figura 31).



Destacamos na localidade do Sapucaia o plantio do guaraná, a coleta do açaí, buriti, patauí, bacaba e a produção de farinha, que são destinados a comercialização e consumo familiar. Devido ao grande número de indígenas na localidade, surgiram novas comunidades de famílias oriundas principalmente de Ponta Alegre, como é caso da Nova União, Boa Fé e Vila Miquiles.

Localidade Diamantino: localizado a oeste de Ponta Alegre, o igarapé do Diamantino se estende para o sul da terra indígena Andirá/Marau, é maior igarapé onde são executadas as atividades dos indígenas, ao longo do igarapé que é permanente, encontram outros igarapés temporários, como o igarapé do Canhanzinho, Duvidio, Pichico entre outros.

No Diamantino as atividades de uso do território são provenientes dos moradores de Ponta Alegre, diferente do Arauá e Sapucaia Mirim. O Diamantino é o mais extenso igarapé onde estão localizadas as atividades de uso familiar e coletivo de Ponta Alegre, é na direção do Diamantino que a Comunidade (sede) de expande, como o setor IV ou Vila Brasil.

Destacamos nesta localidade as áreas de pescas com malhadeira, pesca com corrico, pesca com poronga (noite) e anzol. Além das “estradas” de caça que direcionam para o centro da mata, distante, onde encontra-se uma variedade de caças, como cutia, veado, anta, macacos, jabuti entre outros.

E importante lembrarmos que em todas as localidades como do Arauá, Sapucaia Mirim e Diamantino são realizadas as atividades de uso do território, porém em algumas são realizadas com maior intensidade, como foi mencionado anteriormente.

No etnomapeamento foi possível identificar as áreas pertencente ao Ponta Alegre, que corresponde a localidade do Diamantino, assim como também a trajeto da linha de energia elétrica do Programa Luz para Todos do governo Federal.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Sateré Mawé em Ponta Alegre, não diferem muito dos demais povos tradicionais da Amazônia na relação com a natureza, o que diferencia são formas de como se relacionam, o saber fazer e como fazer. As atividades cotidianas estão relacionadas diretamente aos conhecimentos dos usos dos recursos naturais, que foram ensinados, transmitidos através das gerações, e também, vem sofrendo transformações com o passar dos anos, devido aos contatos com outros povos indígenas ou não indígenas. No momento em que fatores, como o fenômeno globalização, a diversidade cultural, acesso à tecnologia e materiais industrializados, contribuem para as transformações e modificações e ocasionando muitas vezes a diminuição de algumas atividades.

Para compreendermos e analisarmos as territorialidades Sateré-Mawé em Ponta Alegre, foi fundamental respondermos os seguintes questionamentos ao longo da pesquisa; 1) de que forma acontece organização e reorganização territorial dos Sateré-Mawé como agentes sociais na comunidade?; 2) quais as ações/atividades e localizações espaciais realizadas pelos agentes sociais indígenas no uso do seu território?; 3) Quais as relações sociais e políticas dos agentes sociais ou autores da comunidade e os elementos indicadores da territorialidade Sateré-Mawé?

O primeiro diz respeito ao processo geohistórico da territorialização do território Sateré-Mawé, no qual Haesbaert (2004) analisa o território a partir de três vertentes (jurídico-político, cultural e econômico) com diferente abordagem. O território jurídico político, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal, isso ocorreu no momento que iniciou o processo de demarcação e posteriormente a homologação da Terra Indígena Andirá Marau em 1986.

O território cultural, é visto como produto de apropriação feito através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. Nesse sentido de acordo Lorens (1992), os Sateré Mawé com a homologação da terra indígena, apenas uma pequena extensão do território tradicional ou ancestral ficou dentro dos limites, como os principais rios o Marau, o Miriti, o Urupadi, o Manjuru, o Andirá e o Uaicurapá. No entanto, segundo o ponto de vista dos Sateré-Mawé, o que conseguiram preservar constitui uma área privilegiada do território ancestral. Por se caracterizarem como índios da floresta até início do século XX escolhiam para estabelecer suas aldeias as regiões mais centrais da mata, próximas às nascentes dos rios. A abundância de caça, de guaraná (*Paullinia sorbilis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha e bacaba, importantes para a alimentação, e outros vegetais, é muito maior nessas áreas.

O território econômico, é quando o território é encarado como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho. Em um relato de Raimundo Ferreira da Silva, o “Dico”, coletado em Ponta Alegre por Figueroa, consta que já havia um intenso comércio de castanha, borracha, copaíba, sorva, breu, cipó, tábua e óleo grosso, antes da chegada do SPI. O SPI teria vindo em 1934 justamente para facilitar a vinda de barcos americanos de Manaus para o Andirá em busca de borracha e, com o declínio de sua produção, intensificou-se o cultivo do guaraná (FIGUEROA, 2016). Ponta Alegre ao longo do seu processo geohistórico sempre foi considerado um ponto estratégico economicamente, passando pelas atividades extrativista, como a presença de empresas multinacionais como a petrolífera francesa Elf-Aquitaine e a entrada de garimpeiro, posseiros, madeireiros e fazendeiros na T.I.

O segundo questionamento diz respeito a territorialidade, ao identificar quais as ações/atividades e localizações espaciais realizadas pelos agentes sociais indígenas no uso do seu território

A territorialidade Sateré Mawé, está atribuída ao uso do território através das atividades de caça, pesca, roçado, cultivo, criação de animais, plantas medicinais, atividade extrativista em área de uso familiar (aquela repassada de geração) ou coletivo (aquela destinada a uso comum de todos), onde o Calendário Socionatural Sateré Mawé de Ponta Alegre proporcionou a identificação e análise da integridade ente os Sateré Mawé e a natureza, através dos indicadores clima, vegetal, animais, atividades, problemas socioambientais e astronomia ao longo de um ano. Além disso, foi fundamental o etnomapeamento da localização espacial das atividades dos moradores de Ponta Alegre, onde constatou a execução dessas atividades em três localidade, o Arauá, Sapucaia Mirim e Diamantino.

O terceiro questionamento, buscou saber quais as relações sociais e políticas dos agentes sociais ou autores da comunidade e os elementos indicadores da territorialidade Sateré-Mawé. É importante destacar que deste o início do processo de demarcação e homologação da terra indígena Andirá/Marau, os Sateré Mawé foram agentes sociais da territorialização e consequentemente a territorialidade, como o Raimundo Ferreira da Silva (Dico), Donato Lopez da Paz, Emílio Tiburcio e Manoelzinho, juntamente com técnico da Fundação Nacional do Índio que estiveram a frente para a efetivação da homologação da T.I.

Atualmente, os agentes sociais da territorialidade Sateré Mawé em Ponta Alegre são atribuídos aos moradores indígenas e não indígenas, resultado do casamento entre ambos. Temos ainda os líderes indígenas o Tuxaua Geral do rio Andirá o senhor Amado Menezes Filho; o Tuxaua da comunidade o senhor Hélio Barbosa da Silva e o representante da prefeitura de Barreirinha, o senhor Jamilsom Barbosa que assumiu o cargo em janeiro de 2020, ao ser eleito

pela comunidade, mas durante a pesquisa o senhor Adson Marques Tavares que esteve a frente do cargo até dezembro o 2019. Todos exercem o papel como agentes sociais da organização e reorganização territorial, das formas de utilização e uso do território em Ponta Alegre, assim como o Estado através da Fundação Nacional do Índio- FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena- SESAI, da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC-AM e da Prefeitura Municipal de Barreirinha-Am. Como também das instituições religiosas, através das igrejas presente na comunidade, somam no entendimento e na identificação do agente sociais responsáveis pela territorialidade Sateré Mawé.

Ao analisar as territorialidades dos Sateré-Mawé em Ponta Alegre no município de Barreirinha no estado do Amazonas, foi fundamental compreender o processo de territorialização Sateré-Mawé, através da Geohistória, da territorialização de Ponta Alegre, sua origem; mapear a organização territorial do núcleo urbano da comunidade com a divisão do espaço geográfico pelos moradores, em setores I, II, III e IV com a distribuição geográfica por família ; identificar e analisar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé em seu território através da elaboração e construção do Calendário Socionatural Sateré Mawé com base no Método Indutivo Intercultural e posterior a isso, o Etnomapeamento com a localização espacial das atividades de uso do território em Ponta Alegre. Oportunizando a reflexão a luz do referencial teórico das relações sociais e políticas dos agentes sociais e os elementos indicadores das transformações e uso do território.

Com a pesquisa pretendemos oportunizar subsídios de pesquisa do espaço geográfico, através da categoria de análise o território, acerca de suas abordagens sobre territorialidade, juntamente com o Método Indutivo Intercultural através do “Calendário Socionatural Sateré-Mawé de Ponta Alegre”, e do “Etnomapeamento Sateré Mawé: uso do território em Ponta Alegre” no estudo, análise e compreensão do uso do território pelo povo Sateré-Mawé na Terra Indígena Andirá/Marau. Oportunizando políticas públicas de gestão territorial ao povo Sateré-Mawé. Além de uma contribuição significativa para a Geografia através da Universidade Federal de Roraima na compreensão do espaço geográfico.

## 8 REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, G. O. **Política Sateré-Mawé: do movimento social à política local**. Revista de Estudos e Pesquisas, v.1. Brasília: 2004. 9-44p.
- ALVAREZ, G. O. **Satereia: Tradição e política Sateré-Mawé**. Manaus: Valer Editora, 2009.
- ALMEIDA, J. **Memória dos brasileiros: saberes e fazeres: o guaraná de Maués**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec Recife, IPESPE, 1995.
- ASBAHR, F., **A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade**, em *Revista Brasileira de Educação*, núm. 29, pp. 108-119, 2005.
- BATISTA, M. P. **O movimento indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá**. (mimeo. p. 2), 2001.
- BERTELY, M. **Notas da entrevista concedida sobre a proposta teórica e metodológica do Calendário Sociocultural**. Seminário de integração de praticas docentes e colóquio internacional de praticas pedagógicas e integração 2. Boa Vista, RR: Universidade Federal de Roraima, 2012.
- CARVALHO, F. A. FERNANDES, M. L. e M. REPETTO (orgs.), 2008, **Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural**, Núcleo Insikiran/Editora da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.
- CIÊNCIA HOJE, Revista de divulgação científica da SBPC. Vol. 43. Nº 256, 2009.
- CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FARACO, R. **Maués – Terra, gente e memórias**. Manaus: Editora Valer, 2006.
- FIORI, A. **Conexões da Interculturalidade: cidades, educação, política e festas entre Sateré-Mawé do Baixo Amazonas**. 2018. 489f. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- FIGUEROA, A.L.G. **Guerriers de l'écriture et commerçants Du monde enchanté: histoire, identité et traitement Du mal chez lês Sateré-Mawé** (Amazonie Central, Brésil). Tese de Doutorado. Paris: École de Hautes Etudes em Sciences Sociales. 1997.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO. **Modalidade de Terras Indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 11 set. 2019.
- GASCHÉ, J.; MENDOZA, N.V. **Sociedad Bosquesina**. Tomo I: Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo. Iquitos, Perú: Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP); Lima, Perú: Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales (CIES); Japón: Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), 2012.

GASCHE, J “Éxitos y fracasos de una propuesta educativa basada sobre el ‘Método inductivo intercultural’ e implementada en el Perú, México y el Brasil”, en Revista isees: Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior, núm. 13, pp. 17-31. . 2013.

GASCHE, J. **Crianças, professores, membros da comunidade e escritos antropológicos como fontes de conteúdo e atividades escolares indígenas como ponto de partida para processos pedagógicos interculturais: um modelo sintático da cultura.** Educando na diversidade. Pesquisa e experiências educacionais interculturais e bilíngües. Quito: Abya-Yala, 2014. p.279-365.

GODOY, P.R.T. (Org). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.11-33p.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda.** Terra Livre, São Paulo: Bertrand Brasil, 2002. 37- 46p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F. G. **Identidades territoriais:** entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 93-123p.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. Geografia. Rio de Janeiro: ano 11, n. 17, 2007a.19-44p.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. 19-36p.

HAESBAERT, R.; SAQUET, M. A.; SPOSITO.; Savério, E. (Org.) **Dilemas de conceitos:** espaço-território e contenção territorial. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 95-120p.

HAESBAERT, R. **Viver no Território:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico, 24º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEACOCK, S. **Economic and Social Factors in Maué Persistence.** 1958. Tese (PhD em Antropologia) - University of California, [s.l.], 1958.

LIBERALI, F. Elaine M. Y. (orgs.), **A Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural e a Escola:** recriando realidades sociais, Pontes Editores, Campinas, 2012.

LORENZ, S. S. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná.** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

MENEZES, T. S. **A Estilização da Mitologia Sateré-Mawé Apropriada pelo Festival Folclórico de Parintins.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História. Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade Estadual do Amazonas, 2011.

MONTEIRO, M. Y. **Antropogeografia do Guaraná.** Instituto de Pesquisa da Amazônia, 1965.

MOREIRA, R.; SANTOS, M. (Org.) **Repensando a Geografia.** Novos Rumos da Geografia Brasileira. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

NUNES, M. P. **Moronguêta: um decameron indígena.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NUNES, M. P. **Os Índios Maués.** Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

OLIVEIRA, J.A. **Cidades na selva.** Manaus: editora valer, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

REPETTO, M; SILVA, L. J. S. **Experiências inovadoras na formação de professores indígenas a partir do Método Indutivo Intercultural no Brasil.** Campo Grande: Tellus, 2016.39-60p.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Espaço do Cidadão.** 7ª. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SAQUET, M. A.; RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; O território: diferentes interpretações na literatura italiana. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

SAQUET, M. A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade.** v. 22. n. 43 Florianópolis: Geosul, 2007. 55-76p.

SAQUET, M.; SPOSITO, S. E. (Org). **Por uma abordagem territorial.** Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 73-94p.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, M. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **O território:** sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 77-116p.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio Espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Cadernos geográficos:** Notas sobre Epistemologia da Geografia. nº 12, Florianópolis: Editora Departamento de Geociências da UFSC, 2005.

UGGÊ, H. **As bonitas histórias dos Sateré-Mawé.** Imprensa oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1991

VYGOTSK, L. **A Formação Social da Mente.** O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores, Martins Fontes, São Paulo, 2007.

VYGOTSK, L. **Imaginação e Criação na Infância,** Ática, São Paulo, , 2009.

VYGOTSK, L. **Psicologia Pedagógica,** Editora wmf Martins Fontes, São Paulo, 2010.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Tadeu de Souza Menezes, aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Roraima, convido-o (a) para participar da pesquisa denominada “**Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Amazonas**”. Tendo como objetivo, compreender o uso do território pelos indígenas através da identificação das atividades desenvolvidas e a localização espacial das mesmas. Com a pesquisa pretendemos disponibilizar subsídios de pesquisas sobre as territorialidades Sateré-Mawé na comunidade. Além de uma contribuição significativa para a Geografia através da Universidade Federal de Roraima. Esta pesquisa será realizada a partir de respostas apresentadas numa entrevista semiestruturada composta por dez perguntas direcionada a você para tal finalidade.

Pelo presente consentimento, declaro que fui informado (a) e estou ciente dos objetivos da pesquisa e procedimentos a que serei submetido (a) e dos benefícios do presente estudo. Fui igualmente informado:

- 1 - do direito de receber resposta a qualquer pergunta ou dúvida sobre esta pesquisa;
- 2 - da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento para participar da pesquisa;
- 3 - do direito de ser mantido o anonimato da minha identidade e ter minha privacidade preservada;
- 4 - fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.
- 5- os procedimentos aos quais serei submetido não provocarão danos morais, físicos, financeiros ou religiosos;
- 6 - não terei nenhuma despesa ao participar desse estudo;
- 7 – o uso de imagem poderá ser retirado a qualquer momento da pesquisa;
- 6- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos poderei entrar em contato com a equipe científica pelo telefone (95) 99111-4543 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Roraima – CEP/UFRR, no endereço Av. Cap. Ene Garcez, 2413 – Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR email: [coep@ufrr.br](mailto:coep@ufrr.br) ou pelo telefone (95) 3621-3112 Ramal 26

Declaro ter conhecimento da realização da pesquisa, bem como de sua finalidade e concordo em participar das atividades elaboradas pelo pesquisador citado neste termo de consentimento.

Comunidade indígena Ponta Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura morador voluntário

\_\_\_\_\_  
Tadeu de Souza Menezes  
Pesquisador  
Contato: (95) 99111-4543  
email: [tadeumenezes81@gmail.com](mailto:tadeumenezes81@gmail.com)

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 01****Destinado aos chefes de família**

Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_ sexo: \_\_\_\_\_  
estado civil: \_\_\_\_\_ filhos \_\_\_\_\_ cor: \_\_\_\_\_ etnia: \_\_\_\_\_  
clã: \_\_\_\_\_ profissão: \_\_\_\_\_

- 1) Há quanto tempo mora na comunidade e como foi para você vir morar em Ponta Alegre?
- 2) Qual a sua relação com a natureza e qual a utilidade dela para você?
- 3) Na sua experiência de vida, o que é um “território” para você?
- 4) Na sua opinião, de que forma os moradores estão utilizando o território?
- 5) Deste a sua chegada ou o tempo que está na comunidade, quais os trabalhos ou atividades diárias no uso do território são realizadas pelos moradores?
- 6) Fale do seu trabalho e quais outras atividade diárias você realiza?
- 7) Já houveram conflitos com você ou moradores pelo uso ou posse de espaço (território) de outra pessoa?
- 8) Há espaços suficiente para todos na comunidade realizarem suas atividades diárias ?
- 9) Você saberia identificar e localizar em quais áreas (espaço) são realizadas as atividades diárias através desta imagem (mapa drenagem da comunidade), tendo como referência os igarapés, rios e demais comunidades?
- 9) Na imagem (mapa drenagem da comunidade) onde estão localizados os espaços destinados a caça, pesca, roçado, entre outras atividades diária no uso do território?
- 10) Na sua opinião, houveram mudanças nas formas de uso do território pelos moradores, quais?

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 02

### Destinado as lideranças indígenas

Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_ sexo: \_\_\_\_\_

estado civil: \_\_\_\_\_ filhos \_\_\_\_\_ cor: \_\_\_\_\_ etnia: \_\_\_\_\_

clã: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

cargo/liderança: \_\_\_\_\_

- 1) Há quanto tempo você exerce esta liderança em Ponta Alegre?
- 2) Na sua experiência de vida, o que é um “território” para você?
- 3) Como é realizado a organização ou distribuição de áreas (espaços) para realização das atividades diárias dos moradores?
- 4) Realizam assembleias, reuniões para definir regras de posse e uso de espaço para execução das atividades diárias dos moradores na comunidade?
- 5) Já houveram intrigas, conflitos com moradores ou terceiros pelo uso ou posse do espaço territorial?
- 6) Na sua opinião, houveram mudanças nas últimas décadas nas formas de organização e distribuição de áreas destinadas a atividades diárias dos moradores? Quais?
- 7) Há espaços suficientes para todos na comunidade realizarem suas atividades diárias?
- 8) Quais os agentes sociais (moradores, instituições) responsáveis pela mudança na organização e distribuição de áreas (espaço) na comunidade, e como acontece?
- 9) Como você define seu papel ou função na organização territorial da comunidade?
- 10) O núcleo urbano de comunidade Ponta Alegre, como está organizado? (por zona, setores, blocos, famílias) Como aconteceu ?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 03****Destinado moradores antigos**

Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_ sexo: \_\_\_\_\_

estado civil: \_\_\_\_\_ filhos \_\_\_\_\_ cor: \_\_\_\_\_ etnia: \_\_\_\_\_

clã: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

cargo/liderança: \_\_\_\_\_

- 1) Há quanto tempo mora na comunidade e como foi para você vir morar em Ponta Alegre?
- 2) Conte como era antes a comunidade, as pessoas, as atividades diárias, as casas, o convívio? quais suas lembranças ?
- 3) Como surgiu a comunidade de Ponta Alegre?
- 4) Qual a diferença que você pode fazer da Ponta Alegre do passado com os dias de hoje?
- 5) Na sua experiência de vida, o que é um “território” para você?
- 6) Na sua juventude, quais atividades os moradores utilizavam no uso do território?
- 7) Fale do seu trabalho e quais outras atividades diárias você realizava?
- 8) Acontecia intrigas, conflitos com moradores ou terceiros pelo uso ou posse do espaço territorial na comunidade?
- 9) Quais eram as lideranças responsáveis pela organização territorial da comunidade?
- 10) Como eram definidas as regras de posse e uso de espaço para execução das atividades diárias dos moradores na comunidade?

## ANEXO A –TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA 01

**CONSELHO GERAL DA TRIBO SATERE-MAWE – CGTSM**

Sede em Umirtuba, Município de Barreirinha -Am  
Terra Indígena Andirá-Marau

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO**

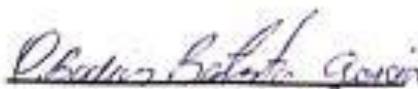
A Comunidade de Ponta Alegre, Localizada na Terra Indígena Andirá Marau, no Município de Barreirinha-AM através de seus representante legais por meio deste presente documento.

Vem AUTORIZAR o INDÍGENA SATERE-MAWE Tadeu de Souza Menezes, aluno do Curso de Mestrado com vínculo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima-UFRR, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Barbara de Magalhães Bethônico, para desenvolver o projeto de pesquisa na comunidade indígena Ponta Alegre, denominado: "Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no Município de Barreirinha-Am". No qual possui as seguintes bases norteadoras. 01- Conhecer o processo de territorialização Sateré-Mawé da comunidade de Ponta Alegre. 02- Mapear a organização territorial do núcleo urbano da comunidade com a divisão do espaço geográfico dos moradores. 03- identificar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé em seu território através do Calendário sacionatural (tempo) e do etnomapeamento (espaço) na comunidade. 04- Analisar as relações sociais e políticos dos agentes ou atores da comunidade e os elementos indicadores das transformações territoriais.

Com o projeto pretende-se criar subsídios de pesquisa para estudantes, pesquisadores, professores, comunidade, escola, instituições no que diz respeito a territorialidade dos Sateré-Mawé na comunidade Ponta Alegre no rio Andirá, contribuindo desta forma para compreensão do espaço geográfico.

| CNPJ: 84.102.912/0001-64 |  
**CONSELHO GERAL DA TRIBO SATERÉ MAWÉ**  
 Rua: Gláucia Gonçalves, 4011 - Itaúna II  
 CEP: 69.152-193 - Parintins/AM  
 | INSC EST. AM 219 400.0 |

Ponta Alegre, 15 de Fevereiro de 2019.

  
**Obadías Batista Garcia**  
 Vice-presidente do CGTSM

Escritório operacional: Rua Gláucia Gonçalves 4011, Itaúna II Parintins, Am Cep 69-  
 152-193: C.T.G.S.M. [andiramarau@gmail.com](mailto:andiramarau@gmail.com) fone: 3533-6418

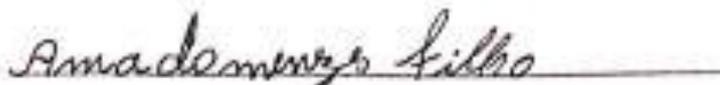
**ANEXO B –TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA 02****TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA**

A Comunidade de Ponta Alegre, localizada na Terra Indígena Andirá Marau, no Município de Barreirinha-AM através de seus representantes legais, por meio deste presente documento.

Vem AUTORIZAR o INDÍGENA SATERÉ MAWÉ Tadeu de Souza Menezes, aluno do Curso de Mestrado com vínculo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima-UFRR, sob a orientação da Profª Dr.ª Maria Barbara de Magalhães Bethônico, para desenvolver o projeto de pesquisa na comunidade indígena Ponta Alegre, denominado: "Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Am". No qual possui as seguintes bases norteadoras. 01- Conhecer o processo de territorialização Sateré-Mawé da comunidade de Ponta Alegre. 02- Mapear a organização territorial do núcleo urbano da comunidade com a divisão do espaço geográfico dos moradores. 03- Identificar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé em seu território através do calendário socionatural (tempo) e do etnomapeamento (espaço) na comunidade. 04 - Analisar as relações sociais e políticas dos agentes ou atores da comunidade e os elementos indicadores das transformações territoriais.

Com o projeto pretende-se criar subsídios de pesquisa para estudantes, pesquisadores, professores, comunidade, escola, instituições no que diz respeito a territorialidade dos Sateré-Mawé na comunidade Ponta Alegre no rio Andirá, contribuindo desta forma para compreensão do espaço geográfico.

Ponta Alegre, 30 de Janeiro de 2019.



**AMADO MENEZES FILHO**  
**TUXAUA GERAL DA TRIBO SATERE MAWÉ DO RIO ANDIRÁ**

**ANEXO C –TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA 03****TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA**

A Comunidade de Ponta Alegre, localizada na Terra Indígena Andirá Marau, no Município de Barreirinha-AM através de seus representantes legais, por meio deste presente documento.

Vem AUTORIZAR o INDÍGENA SATERÉ MAWÉ Tadeu de Souza Menezes, aluno do Curso de Mestrado com vínculo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima-UFRR, sob a orientação da Profª Dr.ª Maria Barbara de Magalhães Bethônico, para desenvolver o projeto de pesquisa na comunidade indígena Ponta Alegre, denominado: "Sateré-Mawé: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Am". No qual possui as seguintes bases norteadoras. 01- Conhecer o processo de territorialização Sateré-Mawé da comunidade de Ponta Alegre. 02- Mapear a organização territorial do núcleo urbano da comunidade com a divisão do espaço geográfico dos moradores. 03- Identificar as atividades desenvolvidas pelos Sateré-Mawé em seu território através do calendário socionatural (tempo) e do etnomapeamento (espaço) na comunidade. 04 - Analisar as relações sociais e políticas dos agentes ou atores da comunidade e os elementos indicadores das transformações territoriais.

Com o projeto pretende-se criar subsídios de pesquisa para estudantes, pesquisadores, professores, comunidade, escola, instituições no que diz respeito a territorialidade dos Sateré-Mawé na comunidade Ponta Alegre no rio Andirá, contribuindo desta forma para compreensão do espaço geográfico.

Ponta Alegre, 30 de Janeiro de 2019.



**JOÃO FERREIRA DE SOUZA**  
**CAPITÃO GERAL DA TRIBO SATERE MAWÉ DO RIO ANDIRÁ**